



Classificação dos créditos sobre a insolvência – Os créditos subordinados

DESIGNAÇÃO DO MESTRADO Mestrado em Solicitadoria

AUTOR Luísa Maria Lomba Carvalho

ORIENTADOR(ES) Prof. Doutora Maria João Gil Pimentel Felgueiras Machado

ANO 2015

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras
Instituto Politécnico do Porto

Classificação dos créditos sobre a insolvência – Os créditos subordinados

Mestrado em Solicitadoria

Autor: Luísa Maria Lomba Carvalho

Orientador(es): Prof. Doutora Maria João Gil Pimentel Felgueiras Machado

novembro de 2015

www.estgf.ipp.pt

Agradecimentos

Finalizada mais uma etapa da minha vida académica não posso deixar de agradecer aos meus pais e ao meu irmão por todo o esforço, por cada quilómetro percorrido e por tudo de que abdicaram para me acompanharem nesta caminhada.

À restante família que me apoiou incondicionalmente e acreditou sempre nas minhas capacidades.

A todos aqueles que se revelaram verdadeiros amigos, pela presença, preocupação e pelas palavras de alento.

À Doutora Rosa Maria Martins Rocha por cada palavra de incentivo.

Ao Doutor José António Oliveira pelo tempo dispensado na revisão do presente trabalho.

À minha orientadora, Doutora Maria João Machado, um agradecimento muito especial, por todo o conhecimento que me transmitiu, pela paciência, disponibilidade, prontidão e confiança. Na verdade por toda a dedicação e profissionalismo.

Resumo

Em consequência da grave crise económica que tem persistido em dominar a atualidade, a palavra “insolvência”, que traduz a impossibilidade de determinada pessoa cumprir as suas obrigações já vencidas, adquire cada vez mais relevo nos dias de hoje.

A facilidade de recurso ao crédito levou a que, quer particulares, quer empresas, se refugassem neste expediente, contribuindo, assim, para o aumento da situação de sobre-endividamento da população. Esta situação leva à acumulação de dívidas, pois o leque das responsabilidades torna-se superior ao património de que dispõem para as satisfazer.

Face a esta circunstância e perante a decadência económica do devedor, torna-se previsível, *à priori*, que a maioria dos seus créditos não sejam saldados, daí a necessidade da sua ordenação, colocando-os, assim, de forma hierarquizada para que o pagamento aos respetivos credores se processe de uma forma mais justa e igualitária, uma vez que a principal finalidade do processo de insolvência é a satisfação dos direitos dos credores.

A classe de créditos subordinados constitui a principal inovação do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas nesta matéria, apesar de existir em outros ordenamentos jurídicos, nomeadamente no norte-americano (*Bankruptcy Code*), no alemão (*Insolvenzordnung*) e no espanhol (*Ley Concursal*). Estes créditos estão taxativamente enumerados no artigo 48º do CIRE, e o seu pagamento tem lugar apenas depois de integralmente pagos todos os restantes créditos, por se entender que os credores que integram esta classe devem manter um regime menos favorável, tendo em conta certas razões objetivas que os individualizam e os caracterizam como tal.

Palavras – Chave

- Créditos
- Credor
- Devedor
- Sobre-endividamento
- Subordinados

Abstract

As a result of the severe economic crisis that has persisted nowadays, the word "insolvency", which translates the impossibility of a certain person to fulfill her/his due obligations, is more relevant than ever these days.

The credit resource facility led to, not only individuals but also companies to depend absolutely in this kind of device, thus contributing to the increase of the situation of over-indebtedness of the population. This leads to the accumulation of debts, because the range of responsibilities becomes greater than the assets at their disposal.

Given this circumstance and given the economic debtor's decay, it becomes predictable, a priori, that most of their claims are not settled, hence the necessity of its ordination, placing them in a hierarchical way so that the payment to the respective creditors takes place in a more fair and equitable manner, since the main purpose of insolvency proceedings is the satisfaction of the creditors' rights.

The subordinated credit class constitutes the main innovation of the Insolvency Code and Corporate Recovery in this area, although there is in other jurisdictions, particularly the US (Bankruptcy Code), German (Insolvenzordnung) and Spanish (Ley Concursal). These credits are listed exhaustively in Art. 48 of CIRE, and its payment takes place only after fully paid all the other claims, having in consideration that the creditors who integrate this class should keep a less favorable regime, taking also into account certain objective reasons which individualize them and characterize them as such.

Keywords

- Credits
- Creditor
- Debtor
- Over-indebtedness
- Subordinated

Siglas e abreviaturas

Al. – Alínea

Als. – Alíneas

Art. – Artigo

Arts. – Artigos

CC – Código Civil

Cfr. – Confrontar

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Consult. – Consultado

Coord. – Coordenação

CPC – Código de Processo Civil

CPEREF – Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência

CSC – Código das Sociedades Comerciais

CT – Código do Trabalho

DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Dir. – Direção

DL – Decreto-Lei

D.R. – Diário da República

GAS – Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

INE – Instituto Nacional de Estatística

IS – Imposto do Selo

Nº - Número

N^{os} – Números

P. – Página

PER – Processo Especial de Revitalização

PIB – Produto Interno Bruto

Pp. – Páginas

SIREVE – Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial

SNF – Sociedades Não Financeiras

Ss. – Seguintes

UC – Unidades de Conta

Índice geral

Introdução	11
1. O recurso ao crédito e o sobre-endividamento	13
1.1. Considerações gerais.....	13
1.2. Análise dos dados estatísticos	14
2. A situação de insolvência	18
2.1. No âmbito do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência	18
2.2. No âmbito do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas	19
3. A satisfação dos direitos dos credores	24
4. O princípio <i>par conditio creditorum</i>	26
5. Reclamação, verificação e graduação dos créditos	28
5.1. Reclamação dos créditos	28
5.2. Verificação e graduação dos créditos.....	30
6. Classificação dos créditos.....	32
6.1. Créditos sobre a insolvência e créditos sobre a massa insolvente	32
6.2. Créditos sobre a insolvência	33
6.2.1. Considerações gerais	33
6.2.2. Classes de créditos sobre a insolvência	34
6.2.2.1. Créditos garantidos	35
6.2.2.2. Créditos privilegiados.....	39
6.2.2.3. Créditos subordinados	41
6.2.2.4. Créditos comuns	42
7. Pagamento aos credores	43
7.1. Considerações gerais.....	43
7.2. Pagamento das dívidas da massa insolvente	45
7.3. Pagamento dos créditos garantidos	46
7.4. Pagamento dos créditos privilegiados.....	49
7.5. Pagamento dos créditos comuns	50
7.6. Pagamento dos créditos subordinados	50
8. Créditos sob condição.....	52
9. Os créditos subordinados.....	54

9.1. Considerações gerais.....	54
9.2. Créditos detidos por pessoas especialmente relacionadas com o devedor e por aqueles a quem eles tenham sido transmitidos	56
9.3. Juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração da insolvência	58
9.4. Créditos cuja subordinação tenha sido convencionada pelas partes	58
9.5. Créditos que tenham por objeto prestações do devedor a título gratuito	60
9.6. Créditos sobre a insolvência que, como consequência da resolução em benefício da massa insolvente, resultem para o terceiro de má-fé.....	61
9.7. Juros de créditos subordinados constituídos após a declaração da insolvência	62
9.8. Créditos por suprimentos	63
10. Credores subordinados como credores desprotegidos	65
11. A controvérsia em redor de certas categorias de créditos subordinados	67
Conclusão	71
Bibliografia	73
Webgrafia.....	75
Legislação	77
Jurisprudência	79
Sites	83

Índice de quadros

Quadro 1 – Média do número de créditos por processo de sobre-endividamento, entre 2008 e 2015.....	15
--	----

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Perspetiva histórica: Empréstimos bancários e taxas de juro de novas operações.....	14
Gráfico 2 – Situação dos créditos aquando o pedido de intervenção, durante 2015.....	15
Gráfico 3 – Indicadores de incumprimento no crédito concedido às famílias, por finalidade.....	16
Gráfico 4 – Rácio de crédito vencido das SNF, por setor de atividade.....	16
Gráfico 5 – Rácio de dívida dos particulares nos países da zona euro.....	17

Introdução

O objeto do presente trabalho de projeto centra-se na classificação dos créditos sobre a insolvência, em particular na classe dos créditos subordinados. Decidimos aprofundar a análise desta classe de créditos uma vez que é a principal inovação do atual regime nesta matéria, é a classe de créditos mais enfraquecidos e é em seu redor que surgem as mais diversas questões.

Começamos por avaliar algumas das causas que levam, quer os particulares, quer as empresas, a recorrer ao crédito, e a colocarem-se em situação de sobre-endividamento, analisando alguns dados estatísticos.

Propomo-nos, também, tratar a situação de insolvência, fazendo uma breve comparação entre o regime do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência (CPEREF)¹ e o atual regime do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE)².

Segue-se um breve excurso sobre a finalidade do processo de insolvência, a satisfação dos direitos dos credores e o princípio *par conditio creditorum*. Ainda como forma de enquadramento, analisa-se de seguida a fase da verificação do passivo, mais concretamente as fases de reclamação, verificação e graduação de créditos.

Aproximamo-nos do tema central deste trabalho e debruçamo-nos sobre a classificação dos créditos, distinguindo os créditos sobre a insolvência dos créditos sobre a massa insolvente e, de forma mais detalhada, explicando relativamente àqueles cada uma das classes previstas no artigo 47º, nº 4 do CIRE, clarificando as suas especificidades; segue-se a ordem de pagamento dos respetivos créditos, passando, inevitavelmente, neste âmbito, pelo regime a aplicar aos créditos sob condição.

Finalmente, sobre os créditos subordinados, propõe-se um enquadramento geral do tema e uma análise em pormenor de cada uma das suas categorias, previstas no art. 48º do CIRE; procuramos evidenciar o enfraquecimento desta classe de créditos face a

¹ Aprovado pelo DL nº 132/93, de 23 de abril e alterado pelo DL nº 157/97, de 24 de junho; DL nº 315/98, de 20 de outubro; DL nº 323/2001, de 17 de dezembro e DL nº 38/2003, de 8 de março. Cessou a sua vigência com a entrada em vigor do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

² Aprovado pelo DL nº 53/2004, de 18 de março e alterado pelo DL nº 200/2004, de 18 de agosto; DL nº 76-A/2006, de 29 de março; DL nº 282/2007, de 07 de agosto; DL nº 116/2008, de 04 de julho; DL nº 185/2009, de 12 de agosto; Lei nº 16/2012, de 20 de abril; Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e DL nº 26/2015, de 6 de fevereiro.

todas as outras, mostrando as privações a que os credores subordinados estão sujeitos e a justificação de tal facto pela doutrina e pela jurisprudência.

O estudo é concluído com a apresentação de opiniões da doutrina e da jurisprudência, relativamente à controvérsia em redor de certas categorias de créditos subordinados.

1. O recurso ao crédito e o sobre-endividamento

1.1. Considerações gerais

O conceito insolvência é consequência de uma fraca educação financeira.

A sociedade cada vez mais se vê obrigada a recorrer ao crédito bancário para adquirir bens ou serviços, visto ser esta a solução que, de uma forma imediata, coloca ao dispor das pessoas rendimento que estas até então não possuem. Permite aumentar o nível de vida dos particulares, facilitando às famílias melhores condições de sustentabilidade.

Também com as empresas se verifica situação semelhante. São estas obrigadas a recorrer a empréstimos para fazerem face aos encargos financeiros que têm de suportar, uma vez que, sem liquidez torna-se impossível, para as empresas, investirem e criarem emprego, ou seja, contribuírem para o desenvolvimento da economia³.

Poder-se-á afirmar que a facilidade de recurso ao crédito levou as empresas portuguesas a privilegiar os empréstimos reduzindo a necessidade de poupar. De facto, “na análise ao período de 1995 a 2010, conclui-se que o financiamento bancário duplicou o seu peso na dívida financeira das empresas até à viragem do século, ao mesmo tempo que estas reduziram a sua poupança bruta, que, desde 2005, não voltou a ultrapassar a barreira dos 10% do produto interno bruto (PIB). O aumento do crédito serviu para sustentar o crescimento do investimento empresarial, que passou de 12% para 16% do PIB até 2000, ano a partir do qual o esforço da formação bruta de capital no País desacelera progressivamente”⁴.

O que se tem verificado é que, geralmente, quer particulares, quer empresas, “abusam” desta facilidade de obterem crédito de imediato para satisfazerem as suas necessidades, e esse recurso excessivo e descontrolado ao crédito conduz a uma situação de sobre-endividamento. Entre outros, são seis os mitos mais comuns que levam, de uma forma descontraída e despreocupada, ao endividamento extremo: “não

³ A este propósito, consultar, CORDEIRO, António Menezes – *Perspetivas Evolutivas do Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2013.

⁴ Pinto, Ilídia - “*Empresas trocam poupança por crédito “fácil” na banca*”, (2013). [consult. 25 julh. 2015]. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=3307682.

consigo poupar”; “quero que os meus filhos tenham tudo que eu não tive”; “o meu carro é um investimento”; “pago mais tarde”; “eu mereço”; “vou receber uma herança”⁵.

Daí afirmar, inicialmente, que a insolvência resulta de uma fraca educação financeira, visto estarmos rodeados de pessoas que não olham o recurso ao crédito como uma forma de investimento, essencial para a economia e indispensável para o bom funcionamento do comércio, mas sim como um meio de satisfação própria.

O recurso ao crédito torna-se de tal modo excessivo, como excessivas se tornam as dívidas e as obrigações a satisfazer. Assim, e tendo em conta a débil sustentabilidade financeira, resulta a impossibilidade de cumprimento e a insatisfação dos credores.

1.2. Análise dos dados estatísticos⁶

A partir dos dados estatísticos infra referidos, podemos retirar diversas conclusões.

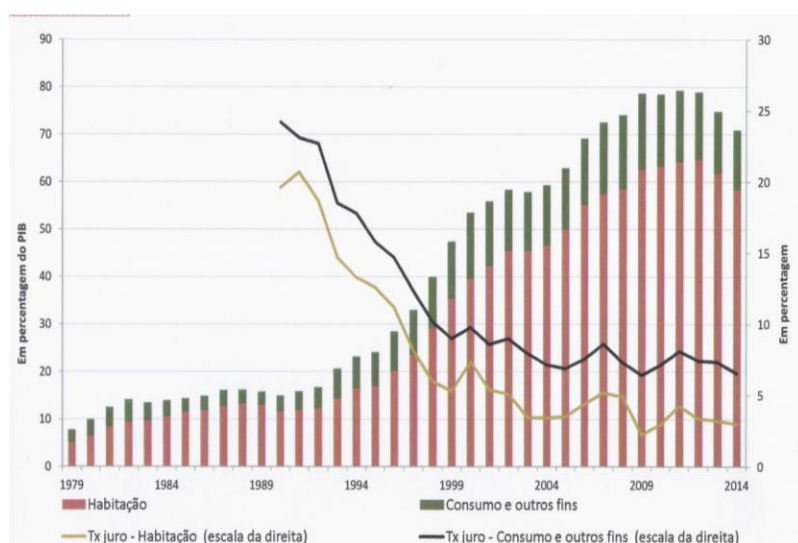


Gráfico 1 – Perspetiva histórica: Empréstimos bancários e taxas de juro de novas operações .
(Fonte: INE e Banco de Portugal)

⁵ CORREIA, Inês - “seis mitos que podem conduzi-lo ao sobre-endividamento”, (2014). [consult. 28 mai. 2015]. Disponível em <http://saldopositivo.cgd.pt/seis-mitos-que-podem-conduzi-lo-ao-sobre-endividamento/>.

⁶ Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado DECO. *Boletim Estatístico*, 1º Semestre 2015. [Consult. 19 out. 2015]. Disponível em <http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2015/07/GAS-stats-1-semester-2015.pdf>.

Instituto Nacional de Estatística. Banco de Portugal. LIMA, Filipa, *Estatística sobre o endividamento das famílias*, Conselho Superior de Estatística, Reunião conjunta SPES e SPEE (26 de março de 2015). TELES, Luís, *Estatísticas de Empréstimos concedidos pelo setor financeiro*, 17ª Reunião da Secção Permanente de Estatísticas Económicas (20 de março de 2015). [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em http://cse.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CSE&xpgid=cse_ult_tri&cse_smenu.boui=271469.

Este primeiro gráfico reflete o aumento do número de empréstimos bancários, consequência da redução das taxas de juro que, desta forma, favoreceu o endividamento. A percentagem mais elevada de empréstimos concentra-se nos anos de 2009 a 2012, daí o quadro 1, a seguir identificado, mostrar uma tendência de diminuição do número de créditos por processo de sobre-endividamento a partir de 2013. Segundo o Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado, o limite mínimo de processos de sobre-endividamento com início em 2015 é 1 crédito por processo e o limite máximo 16 créditos por processo⁷.

Média	2008	2009	2013	2014	2015
Nº de Créditos	7	7	5	4	4

Quadro 1 – Média do número de créditos por processo de sobre-endividamento, entre 2008 e 2015.

(Fonte: Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado. DECO)

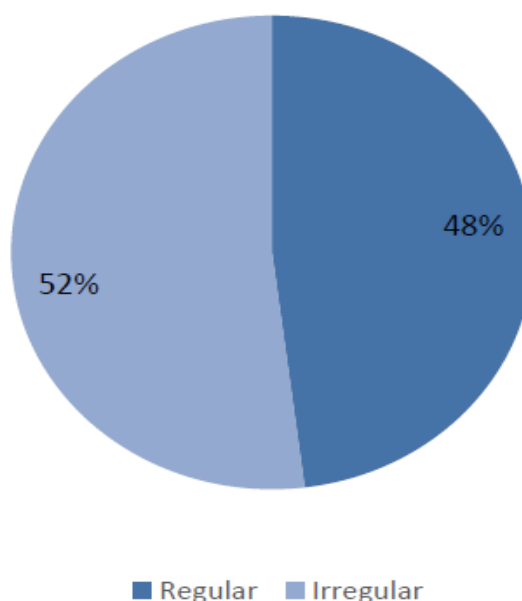


Gráfico 2 – Situação dos créditos aquando o pedido de intervenção, durante 2015.

(Fonte: Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado. DECO)

⁷ Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado DECO. *Boletim Estatístico*, 1º Semestre 2015. [Consult. 19 out. 2015]. Disponível em <http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2015/07/GAS-stats-1-semester-2015.pdf>.

Apesar das estatísticas indicarem uma redução do número de créditos por processo (quadro 1), a verdade é que a situação de créditos em incumprimento, aquando o pedido de intervenção, ultrapassa o crédito regularizado, com uma margem de 4 % (gráfico 2).

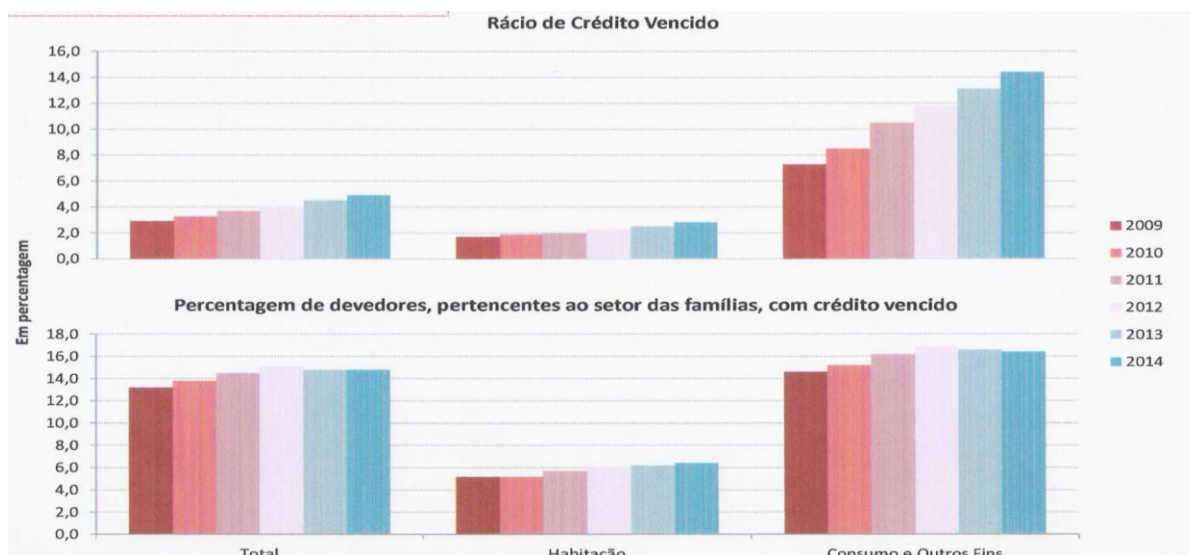


Gráfico 3 – Indicadores de incumprimento no crédito concedido às famílias, por finalidade.
(Fonte: INE e Banco de Portugal)

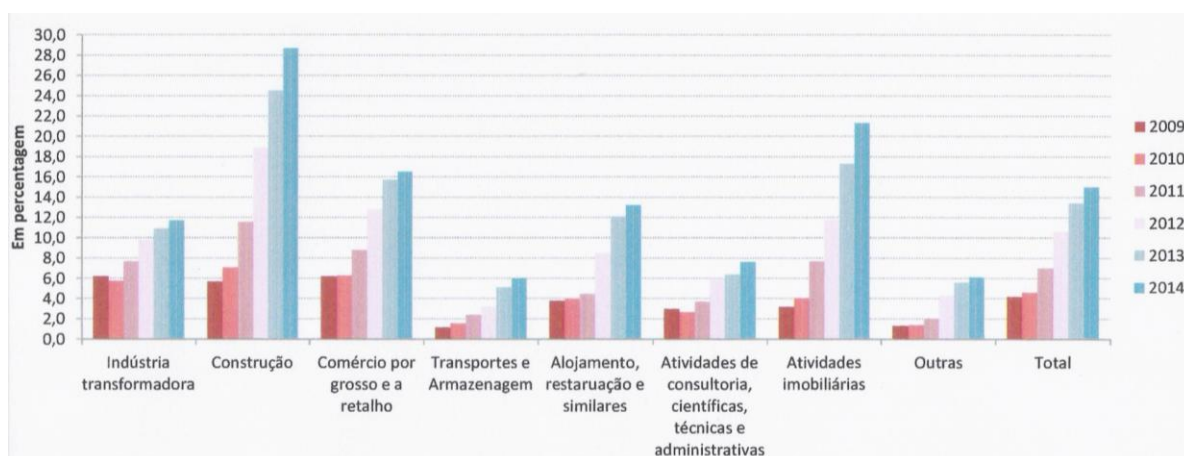


Gráfico 4 – Rácio de crédito vencido das SNF, por setor de atividade.
(Fonte: INE e Banco de Portugal)

O incumprimento agrava-se também no crédito concedido às famílias, em especial no consumo (gráfico 3), como também se agrava nos empréstimos concedidos às sociedades não financeiras. Mostra o gráfico 4 que o aumento do rácio de crédito vencido é bastante acentuado em todos os setores de atividade, nomeadamente nos setores da construção e das atividades imobiliárias.

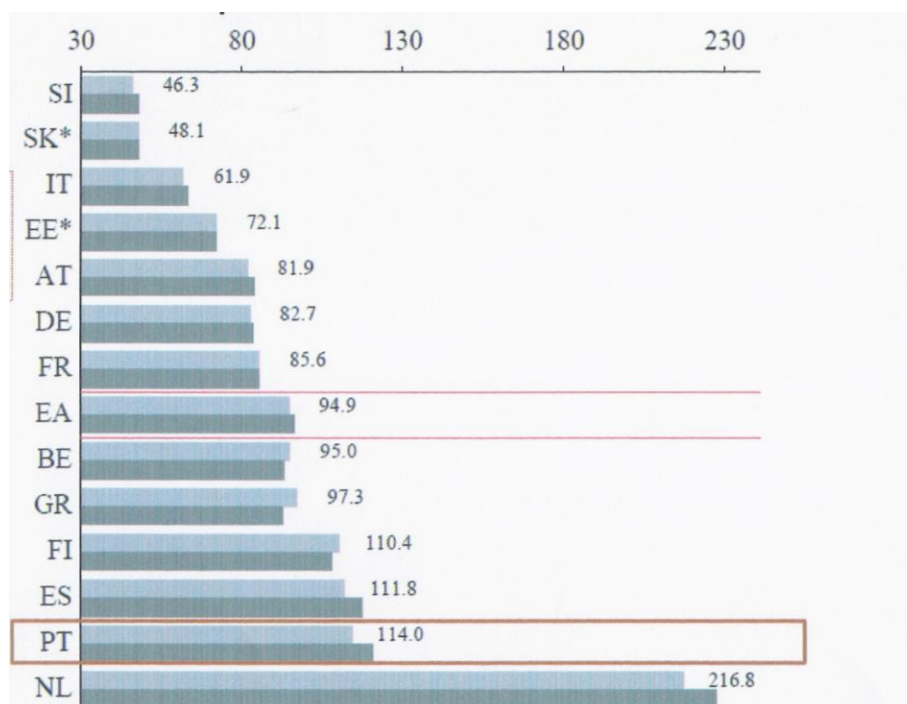


Gráfico 5 – Rácio de dívida dos particulares nos países da zona euro – dados anuais até 2013.
(Fonte: Banco de Portugal).

Conclui-se, portanto, que se verifica um crescente número de empréstimos bancários e uma elevada percentagem de crédito em incumprimento, quer no crédito concedido às famílias, quer nos empréstimos concedidos às sociedades não financeiras, o que resulta numa desastrosa situação de sobre-endividamento. Daí o gráfico 5 evidenciar que somos um dos países com rácio de dívida mais elevado do conjunto dos países da zona euro.

2. A situação de insolvência

2.1. No âmbito do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência

O Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência (CPEREF), marcou uma viragem histórica no, atualmente designado, processo de insolvência. Este diploma introduziu várias inovações, nomeadamente, a abolição da distinção entre falência, enquanto instituto privativo dos comerciantes e insolvência, enquanto aplicável aos não comerciantes, alargou o âmbito de aplicação deste regime a todas as empresas, sendo elas empresas comerciais ou não⁸, e sistematizou no mesmo diploma os dois institutos, falência e recuperação de empresas, na medida em que o regime de falência encontrava-se regulado no Código de Processo Civil (CPC)⁹ e a recuperação de empresas em legislação avulsa¹⁰.

Se até então a principal preocupação do CPC era “assegurar a tutela necessária dos direitos dos credores, garantir a realização coativa da prestação devida, quando possível, ou proporcionar ao lesado a indemnização adequada, nos casos em que a execução específica da prestação se mostrava praticamente inviável”¹¹, o CPEREF dá primazia à recuperação da empresa, podendo comprovar-se tal facto a partir de uma passagem do seu preâmbulo “... o presente diploma afirma, em termos categóricos, a prioridade do regime de recuperação sobre o processo de falência conducente à extinção definitiva da empresa devedora”.

Assim, de acordo com o art. 3º do CPEREF, “é considerada em situação de insolvência a empresa que, por carência de meios próprios e por falta de crédito, se encontre impossibilitada de cumprir pontualmente as suas obrigações”. Esta norma foi alterada para acomodar a “situação económica difícil”, como novo pressuposto da

⁸ Consta do art. 1º, nº 1 do DL 132/93, de 23 de abril: “Toda a empresa em situação de insolvência pode ser objeto de uma ou mais providências de recuperação ou ser declarada em regime de falência.”

⁹ O regime de falência encontrava-se regulado no Código de Processo Civil de 1961. Este sofreu sucessivas reformas, das quais merecem destaque, o DL nº 47.690, de 11 de março de 1967 e o DL nº 242/85, de 9 de julho.

¹⁰ O primeiro sinal da preocupação do legislador com a situação das empresas em crise é dado pela aprovação de legislação que estabelecia medidas de saneamento financeiro das empresas em situação económica difícil: Decreto-Lei 864/76, de 23 de dezembro, revogado pelo DL nº 353-H/77, de 29 de agosto; DL nº 124/77, de 1 de abril e DL nº 125/79, de 10 de maio. No entanto, o primeiro regime de recuperação de empresas que associava os credores, principais sacrificados, ao processo, surgiu com o DL nº 177/86, de 2 de julho e com o DL nº 10/90, de 5 de Janeiro.

¹¹ Ponto 1 do preâmbulo do DL nº 132/93, de 23 de abril.

providência de recuperação, pelo DL nº 315/98, de 20 de Outubro. Para além disso, foi, no mesmo ano (1998), que surgiu o chamado “procedimento de conciliação”, também ele destinado à recuperação das empresas, pela via extrajudicial, funcionando junto do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais).

No entanto, apesar de toda a inovação e expectativa, de todo o esforço para que tal prática processual resultasse e se adequasse à realidade económica da época, as estatísticas mostram que tal feito não se deu; “em 2001, apenas 3% dos processos julgados conduziram a medidas de recuperação. Em 2003, nas petições iniciais, apenas 5% dos requerentes solicitaram a adoção de medidas de recuperação de empresas. Estes indicadores apresentam resultados semelhantes para todo o período de 1998 a 2003”¹². Conclui-se, portanto, que a adesão das empresas aos processos de recuperação previstos no CPEREF foi muito reduzida e que “a legislação em vigor não conseguiu adequar-se às dificuldades e desafios da realidade económica”¹³.

Apesar de, como foi dito anteriormente, o CPEREF ter sido um marco importante na evolução do Direito da Insolvência e da recuperação das empresas, foram muitos os fatores que contribuíram para o inêxito da sua aplicação, tornando-se premente a necessidade de uma ampla reforma, uma vez que o prolongamento da manutenção deste regime resultaria em agravados prejuízos para o tecido económico e para os trabalhadores¹⁴.

2.2. No âmbito do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

A entrada em vigor do Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março, que aprovou o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), marcou a terceira fase de

¹² MARQUES, Luís Manuel Dionísio - *Uma análise comparativa do CPEREF com o CIRE*, Gestão – O processo de recuperação de empresas, revista nº 31, out dez 2005, [consult. 17 mai. 2015]. Disponível em http://www.oroc.pt/revista/detalhe_art..php?id=56.

¹³ MARTINS, Luís M. - *Processo de Insolvência anotado e comentado*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2014, p. 4.

¹⁴ “O carácter muitas vezes tardio do impulso do processo, a demora da tramitação em muitos casos, sobretudo quando processada em tribunais comuns, a duplicação de chamamentos dos credores ao processo, que deriva da existência de uma fase de oposição preliminar, comum ao processo de recuperação e ao de falência, a par de uma nova fase de reclamação de créditos uma vez proferido o despacho de prosseguimento da ação, as múltiplas possibilidades de convolação de uma forma de processo na outra, o caráter típico e taxativo das providências de recuperação, são a par de vários outros aspetos que adiante se menciona, alguns dos motivos apontados para o inêxito da aplicação do CPEREF.” Ponto 1 do preâmbulo do DL nº 53/2004, de 18 de março que aprovou o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas – CIRE.

evolução do Direito da Insolvência no nosso país, o retorno ao sistema falência-liquidação¹⁵, eliminando o primado da recuperação das empresas em prol da satisfação dos direitos dos credores, aliás, como se pode comprovar na redação do art. 1º da versão inicial do CIRE, ao afirmar que a finalidade do processo de insolvência é “a liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores, ou a satisfação destes pela forma prevista num plano de insolvência, que nomeadamente se baseie na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente” e dando lugar a um processo único de insolvência, a par da lei alemã e da lei italiana, sistemas jurídicos congêneres do nosso que têm vindo a unificar os diferentes procedimentos¹⁶.

Ao analisar este preceito vemos que a ideia de recuperação da empresa é secundária¹⁷, uma vez que o plano de insolvência a que se refere o art. 1º é entendido “como meio alternativo de liquidação da massa insolvente e da empresa que nessa se integre”¹⁸; daí CATARINA SERRA concordar que “devesse ser retirada do título do CIRE a referência à recuperação, para afastar qualquer sugestão de paralelismo entre recuperação e insolvência (em reminiscência do anterior paralelismo entre recuperação e falência)”¹⁹.

Neste contexto, embora a recuperação e reestruturação da empresa seja possível através do plano de insolvência, torna-se mais difícil, uma vez que aos credores é dada uma maior autonomia no processo e visto o seu principal objetivo ser a satisfação integral do seu crédito e não a recuperação da empresa insolvente. Segundo resulta do ponto 6 do preâmbulo do CIRE, compete aos credores “decidir se o pagamento se obterá por meio de liquidação integral do património do devedor, nos termos do regime

¹⁵ Na evolução do Direito da Insolvência em Portugal é possível distinguir três fases: a fase do sistema da falência-liquidação, que vai desde os primórdios até ao Código de Processo Civil de 1961; a fase da falência-saneamento, que vai desde o Código de Processo Civil de 1961 até ao Código da Insolvência e Recuperação de Empresas de 2004 e a fase do retorno ao sistema de falência-liquidação, desencadeado pelo Código da Insolvência e Recuperação de Empresas, de 2004. Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 45.

¹⁶ Ponto 5 do preâmbulo do DL nº 53/2004 de 18 de março. Diploma que aprovou o CIRE.

¹⁷ Contrariamente ao que se previa nos arts. 1º, nº 1 e 2 do CPREF.

¹⁸ Ponto 6 do Relatório do diploma preambular que aprovou o CIRE. Cfr. FONSECA, Gisela Teixeira Jorge – A natureza jurídica do plano de insolvência. In PINTO, Rui (coord. de) – *Direito da Insolvência – Estudos*. Coimbra. Coimbra Editora, 2011, p. 78.

¹⁹ SERRA, Catarina - *O novo regime português da insolvência – Uma introdução*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2008, p.17. Cfr. SERRA, Catarina - *As novas tendências do direito português da insolvência – Comentário ao regime dos efeitos da insolvência sobre o devedor no Projeto de Código da Insolvência*, [consult. 28 mai. 2015]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/mestre-catarina-serra/downloadFile/file/CS.pdf?nocache1210_6754_23.37. No mesmo sentido, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 71.

disposto no Código ou nos de que constem de um plano de insolvência que venham a aprovar, ou através da manutenção em atividade e reestruturação da empresa, na titularidade do devedor ou de terceiros, nos moldes também constantes de um plano”.

Tendo em conta, uma vez adotadas estas medidas, o aumento exponencial de insolvências em Portugal, consequência de uma profunda crise económica e financeira e da dificuldade de recuperação das empresas, viu-se a necessidade de mais uma vez alterar o regime do processo de insolvência, dando lugar à sexta alteração do CIRE, através da Lei nº 16/2012, de 20 de Abril, como forma de atenuar a situação económica que o nosso país atravessava. O principal objetivo desta revisão passa por “reorientar o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas para a promoção da recuperação, privilegiando-se sempre que possível a manutenção do devedor no giro comercial, relegando-se para segundo plano a liquidação do seu património sempre que se mostre viável a sua recuperação”²⁰.

Assim, e tendo em conta o art. 1º, nº1 do atual CIRE, o processo de insolvência passa a ser considerado “um processo de execução universal que tem como finalidade a satisfação dos credores pela forma prevista num plano de insolvência, baseado, nomeadamente, na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente, ou, quando tal não se afigure possível, na liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores”²¹.

Outro dos traços visíveis da preocupação com a recuperação da empresa introduzido pelo referido diploma, foi o aditamento do nº 2 do art. 1º do CIRE, permitindo assim ao devedor, estando em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, o recurso ao Processo Especial de Revitalização (PER)²². São, então, o plano de insolvência e o PER os dois mecanismos adotados pelo CIRE para a recuperação das empresas. Em diploma autónomo, mas com o mesmo objetivo, existe o Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE).

Importante será dizer que a finalidade principal do processo de insolvência continua a ser a satisfação dos direitos dos credores²³. No entanto, passou a dar-se grande importância à recuperação da empresa procurando manter o devedor no giro comercial.

²⁰ Exposição de Motivos da Proposta de Lei nº 39/XII, de 30 de dezembro de 2011, de alteração ao CIRE (que esteve na origem da Lei nº 16/2012, de 20 de abril).

²¹ Redação dada pela Lei nº 16/2012, de 20 de abril.

²² Este processo encontra-se previsto nos arts. 17º-A a 17º-I do CIRE.

²³ Aliás, como refere o ponto 3 do preâmbulo do DL nº 53/2004, de 18 de março, diploma que aprovou o CIRE, “O objetivo precípua de qualquer processo de insolvência é a satisfação, pela forma mais eficiente possível, dos direitos dos credores”.

A situação de insolvência é atualmente entendida como a impossibilidade de o devedor cumprir com as suas obrigações vencidas por, em certo momento, não dispor de liquidez suficiente, ou o passivo se tornar manifestamente superior ao ativo tratando-se de pessoa coletiva ou património autónomo (art. 3º do CIRE)²⁴.

A impossibilidade de cumprimento das obrigações vencidas depende de uma avaliação um tanto ou quanto complexa, que poderá ser feita através de dois critérios:

- O critério do fluxo de caixa (*cash flow*);
- O critério do balanço ou do ativo patrimonial (*balance sheet ou asset*).

O critério do fluxo de caixa avalia a impossibilidade do devedor cumprir as suas obrigações já vencidas, daí não ter interesse o facto de o ativo ser inferior ao passivo, mas sim a falta de liquidez suficiente que origina a incapacidade monetária para, em determinado momento, saldar as suas dívidas.

Para MENEZES LEITÃO, este é um critério simples, uma vez que “excluindo os casos em que o devedor se encontra de boa-fé em litígio sobre as suas obrigações, o facto de não as pagar no momento do vencimento indicia claramente a sua insolvência”²⁵.

Já no que respeita às pessoas coletivas ou patrimónios autónomos, por cujas dívidas nenhuma pessoa singular responda pessoal e ilimitadamente, por forma direta ou indireta são considerados insolventes quando o seu passivo seja manifestamente superior ao seu ativo, a situação de insolvência é avaliada segundo o critério do balanço ou do ativo patrimonial, considerando as normas contabilísticas elencadas no nº 3 do art. 3º do CIRE. Nesta situação a insolvência resulta da insuficiência patrimonial que impossibilita o cumprimento das obrigações devidas.

A apreciação deste critério torna-se mais complexa, uma vez que “os bens do devedor nem sempre são de avaliação fácil, podendo variar o seu preço em função de múltiplas circunstâncias, designadamente se a venda é realizada judicialmente ou extrajudicialmente, ou se o estabelecimento do devedor é alienado como um todo ou são os seus bens vendidos separadamente”²⁶.

²⁴ A este propósito, o acórdão do Tribunal da Relação do Porto – Processo nº 1077/12.1TYVNG.P1, de 18 de novembro de 2013. Relator Carlos Gil.

²⁵ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 75.

²⁶ IDEM - *Ibidem*, p. 76.

A expressão “são também considerados insolventes”, prevista no art. 3º, nº 2 do CIRE, permite-nos concluir que a estes sujeitos (pessoas coletivas e patrimónios autónomos) também se aplica o critério do fluxo de caixa (critério geral de definição da insolvência que consta do nº 1 do art. 3º do CIRE), sendo portanto, a situação de insolvência, nestes casos, avaliada segundo os dois critérios.

Quer nos refiramos a pessoas singulares, pessoas coletivas ou patrimónios autónomos, o estado de insolvência é consequência de um acumular de dívidas/de obrigações que, com o passar do tempo, se tornam impossíveis de cumprir, já que o tamanho das responsabilidades ultrapassa os bens de que dispõem para as satisfazer. “A insolvência é algo com que qualquer sociedade que permite o recurso ao crédito tem que se defrontar”²⁷.

²⁷ IDEM - *Ibidem*, p. 15.

3. A satisfação dos direitos dos credores

O Direito da Insolvência, como direito autónomo que é, constitui um ramo de Direito das Obrigações, mais concretamente do Direito de responsabilidade patrimonial, na medida em que, tal como consta do art. 397º do Código Civil (CC), “obrigação é o vínculo jurídico por virtude do qual uma pessoa fica adstrita para com outra à realização de uma prestação”. Desta forma, no processo de insolvência, verifica-se situação semelhante: o devedor fica adstrito ao dever de cumprimento das suas obrigações, pagamento das prestações, enquanto o credor tem o direito a receber essas mesmas prestações²⁸.

Pode ler-se no ponto 3 do preâmbulo do CIRE que, “o objetivo precípua de qualquer processo de insolvência é a satisfação, pela forma mais eficiente possível, dos direitos dos credores”.

Aparentemente, a redação dada pelo art. 1º, nº 1 do CIRE, leva-nos a crer que é dada primazia à recuperação da empresa, verificando-se a liquidação do património do devedor no lugar de esta não ser possível. Contudo, afirma ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS que “o plano de insolvência tem de ser aprovado pelos credores, se isso não acontecer a alternativa é a da liquidação”²⁹. Portanto, é a vontade dos credores que comanda todo o processo, a eles compete decidir o meio de pagamento pelo qual será satisfeito o seu crédito: por meio de liquidação integral do património do devedor ou através da manutenção em atividade e reestruturação da empresa, ambos em moldes que constem de um plano de insolvência (ponto 6 do preâmbulo do CIRE).

Porém, com as alterações introduzidas no CIRE pela Lei nº 16/2012, de 20 de abril, foram aditados os artigos 17º-A a 17º-I. Estes preceitos regulam o regime do Processo Especial de Recuperação (PER), processo esse que permite ao devedor que, comprovadamente, se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja suscetível de recuperação, estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes acordo conducente à sua revitalização (art. 17º-A, nº 1 do CIRE).

²⁸ Cfr. NEIVA, Maria Luísa Monteiro Maciel – *A Responsabilidade dos Administradores Societários no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2011. Projeto Avançado em Direito das Empresas e dos Negócios, p. 13. [Consult. 19 out. 2015]. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8306/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%202011%20-%20Maria%20Lu%C3%ADsa%20M.%20Maciel%20Neiva.pdf>

²⁹ MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 16.

No entanto, a principal finalidade do processo de insolvência, contemplada na lei, continua a ser a satisfação dos direitos dos credores, ainda que haja uma preocupação evidente com a recuperação das empresas, uma vez que no giro económico e empresarial verifica-se uma relação de grande interdependência, pelo que o incumprimento de certos agentes reflete-se obrigatoriamente na situação económica e financeira dos demais. Assim, o papel do CIRE é dotar estes dos meios idóneos para fazer face à insolvência dos seus devedores, enquanto impossibilidade de cumprimento pontual das obrigações vencidas (ponto 3 do preâmbulo do CIRE). Paralelamente, poder-se-á afirmar que, o Direito da Insolvência tem como principal objetivo, por um lado, tutelar a precária situação do devedor insolvente e, por outro, dotar os credores de meios que permitam a satisfação dos seus direitos, ainda que na maioria dos casos de forma parcial³⁰.

Nas palavras do próprio legislador, constantes do preâmbulo do DL n.º 53/2004, de 18 de março, no CIRE é dada primazia à vontade dos credores, “enquanto titulares do principal interesse que o direito concursal visa acautelar: o pagamento dos respetivos créditos em condições de igualdade quanto ao prejuízo decorrente de o património do devedor não ser, à partida e na generalidade dos casos, suficiente para satisfazer os seus direitos de forma integral”³¹.

³⁰ Neste sentido, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 16.

³¹ A este propósito, o acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães – Processo n.º 880/12.7TBBCL.G1, de 10 de abril de 2014. Relator Maria da Purificação Carvalho.

4. O princípio *par conditio creditorum*

Regra geral, a divisão dos bens que restam no património do devedor é feita de forma proporcional pelos respetivos credores, assim o diz o art. 604º, nº1 do CC: “Não existindo causas legítimas de preferência, os credores têm o direito de ser pagos proporcionalmente pelo preço dos bens do devedor, quando ele não chegue para integral satisfação dos débitos”. A isto se chama o princípio *par conditio creditorum*³²; apenas é afastado, quando existam causas legítimas de preferência de pagamento, que são, nomeadamente, para além de outras especificamente previstas na lei, a consignação de rendimentos, o penhor, a hipoteca, os privilégios creditórios e o direito de retenção (art. 604º, nº 2 do CC)³³. Daí MENEZES LEITÃO afirmar que “o processo de insolvência não se destina à satisfação do direito individual de cada credor, mas antes visa o tratamento igualitário de todos os credores do devedor, dado que a crise económica do devedor torna previsível que nem todos os credores verão satisfeito o seu direito”³⁴.

A parte final desta afirmação (“...nem todos os credores verão satisfeito o seu direito”) mostra que, na realidade, esta igualdade não é absoluta, os credores não serão todos pagos de igual forma, e os bens não serão divididos proporcionalmente por todos. “Pense-se, por exemplo, na posição em que se encontram os titulares de créditos subordinados quanto a esses mesmos créditos”³⁵.

Desta forma, a lei substantiva estabelece um desvio a este princípio, existindo créditos que serão primeiramente pagos em relação a outros; assim, os credores deixam de estar em pé de igualdade e passam a ficar inseridos numa classe de créditos, consoante a sua natureza. Este desvio ao princípio da igualdade dos credores encontra-se, desde logo, na parte final do art. 194º, nº 1 do CIRE, ao afirmar que o plano de insolvência deverá obedecer a este princípio, com a exceção “das diferenciações justificadas por razões objetivas”, sendo, entre outras, as situações em que um ou mais credores beneficiem de garantia real sobre um determinado bem integrante da massa insolvente; gozem de privilégios creditórios; sofram subordinação de dívidas; exista o

³² Neste sentido, DUARTE, Rui Pinto - *Classificação dos créditos sobre a massa insolvente no projecto de Código da Insolvência e Recuperação de Empresas*. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutor-rui-pinto/downloadFile/file/RPD.pdf?nocache=1210675423.37>.

³³ A este respeito, COSTA, Salvador da - *O Concurso de Credores*. 5ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 11 e ss.

³⁴ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 18.

³⁵ MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 408.

consentimento dos credores afetados no seu tratamento mais desfavorável³⁶. Estes diferentes tipos de créditos encontram-se inseridos em várias categorias, satisfeitos por ordem de prevalência.

Assim, a lei impõe “que sejam tratados de forma igual os credores que se encontrem em idênticas situações, não colidindo com o referido princípio o tratamento diversificado que é dado a diversos credores, em função da diferente categoria e natureza dos respetivos créditos e em função de quaisquer outras razões objetivas que o justifiquem”³⁷. Neste sentido LUÍS M. MARTINS defende que deve ser tratado de “forma igual o que é igual e distinguir o que é distinto”³⁸.

³⁶ Cfr. FERREIRA, Hugo Rosa – Compensação e insolvência (em particular, na cessão de créditos para titularização). In PINTO, Rui (coord. de) – *Direito da Insolvência – Estudos*. Coimbra. Coimbra Editora, 2011, pp. 20-21.

³⁷ Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra – Processo nº 3369/10.5TBVIS-L.C1, de 25 de Junho de 2013. Relator Catarina Gonçalves.

³⁸ MARTINS, Luís M. - *Processo de Insolvência anotado e comentado*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2014, p. 427.

5. Reclamação, verificação e graduação dos créditos

A fase de verificação do passivo tem lugar após a sentença declaratória de insolvência e compreende a reclamação de créditos (arts. 128º e ss do CIRE), saneamento (art. 136º do CIRE), instrução (art. 137º do CIRE), discussão e julgamento da causa (arts. 138º e 139º do CIRE) e sentença (art. 140º do CIRE)^{39/40}. Como forma de enquadramento, dedicaremos especial atenção à reclamação de créditos e à sentença de verificação e graduação de créditos.

5.1. Reclamação dos créditos

Os credores da insolvência, incluindo o Ministério Público (defendendo os interesses das entidades que representam)⁴¹, devem reclamar a verificação dos créditos, por meio de requerimento endereçado ao administrador da insolvência (art. 128º, nºs 1 e 2 do CIRE), no qual deve ser mencionado, além do mais, a proveniência do seu crédito, a sua natureza, a existência de garantias e a taxa de juros (art. 128º, nº 1, als. a) a e) do CIRE)⁴².

Dispõe o art. 128º, nº 3 do CIRE que “mesmo o credor que tenha o seu crédito reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência, se nele quiser obter pagamento”. Daí podermos afirmar que um “descuido”, por parte do credor (a não reclamação do seu crédito), poderá resultar na insatisfação do mesmo, pois não será considerado para efeitos de pagamento; assim o diz o art. 173º do CIRE: “O pagamento dos créditos sobre a insolvência apenas contempla os que estiverem verificados por sentença transitada em julgado”.

³⁹ Cfr. HORTA, Helena Loureiro Bayão - Sobre a obrigação de contribuição pela entidade que origina o acionamento do sistema de indemnização aos investidores, no contexto do processo de insolvência dessa entidade, em *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários* Nº39, Agosto de 2011, p. 21. [Consult. 25 julh. 2015]. Disponível em <http://www.cmv.m.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/CadernosDoMercadoDeValoresMobiliarios/Documents/CadernosMVM%2039Final.pdf>.

⁴⁰ A este respeito ver: GOUVEIA, Mariana França – Verificação do Passivo. In AMARAL, Maria Lúcia (Dir. de) – *Revista Themis* – Edição Especial “Novo Direito da Insolvência”, Faculdade de Direito da UNL. Coimbra: Almedina, 2005, pp. 151-163.

⁴¹ “As entidades públicas titulares de créditos podem a todo o tempo confiar a mandatários especiais, designados nos termos legais ou estatutários, a sua representação no processo de insolvência, em substituição do Ministério Público”. Cfr. art. 13º, nº 1 do CIRE.

⁴² Cfr. acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 897/06.0TBOBR-B.C1.S1, de 06 de julho de 2011. Relator: Fonseca Ramos.

No entanto, a reclamação não é requisito essencial para o reconhecimento do crédito⁴³, na medida em que compete ao administrador da insolvência reconhecer não só os créditos que foram objeto de reclamação, como também aqueles cujos direitos “constem dos elementos da contabilidade do devedor ou sejam por outra forma do seu conhecimento” (art. 129º, nº 1, parte final do CIRE)⁴⁴.

Existe, portanto, a possibilidade de reclamar e de não reclamar o crédito, ambas as hipóteses são possíveis e lícitas. Diferente será a forma como os respetivos créditos serão apreciados para efeito do processo de insolvência. Enquanto os créditos reclamados são necessariamente apreciados, os créditos não reclamados dependem do conhecimento por parte do administrador da insolvência e, por isso, podem sê-lo ou não⁴⁵.

Este procedimento apenas diz respeito aos credores sobre a insolvência, já que os credores da massa insolvente não estão sujeitos ao dever de reclamar os seus créditos; estes serão liquidados nos termos do art. 172º do CIRE⁴⁶.

Determina o art. 129º, nº 1 do CIRE, que o administrador da insolvência apresenta na secretaria uma lista de todos os credores por si reconhecidos e uma lista dos não reconhecidos. A existência de impugnações à lista dos credores reconhecidos⁴⁷, que pode ser feita por qualquer interessado seguindo os trâmites do art. 130º, nº 1 do CIRE, implica que o juiz não profira de imediato a sentença de verificação e graduação de créditos, caso contrário (não havendo impugnações), a sentença é proferida imediatamente (art. 130º, nºs 1 e 3 do CIRE).

⁴³ Neste sentido, diz-nos o acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 191/12.8TTSTS.P1, de 19 de maio de 2014. Relator: Maria José Costa Pinto que “as “dívidas da insolvência” definem-se no art. 47.º do CIRE, exclusivamente, por força da localização temporal do seu fundamento, sendo irrelevante para efeitos de tal classificação se os inerentes créditos foram reclamados, ou reconhecidos, ou verificados, no âmbito do processo de insolvência”.

⁴⁴ Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 216 e SERRA, Catarina - *O novo regime português da insolvência – Uma introdução*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2008, p.87.

⁴⁵ Cfr. SERRA, Catarina - *O novo regime português da insolvência – Uma introdução*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2008, p.88.

⁴⁶ Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 216.

⁴⁷ “Pode responder a qualquer das impugnações o administrador da insolvência e qualquer interessado que assumira posição contrária, incluindo o devedor”. Cfr. art. 131º, nº 1 do CIRE.

5.2. Verificação e graduação dos créditos

A sentença de verificação e graduação de créditos tem como objeto prestações devedoras, de cariz patrimonial, cujos titulares ativos são os credores e titular passivo, portanto vinculado à sua realização, é o devedor da insolvência⁴⁸.

Como foi supra referido, consoante haja impugnações ou não, assim é proferida a sentença de verificação e graduação de créditos. Esta pode ter lugar em vários momentos. Desde logo, não havendo impugnações, pode ter lugar imediatamente após a reclamação de créditos, (art. 130º, nº 3 do CIRE); verificando-se, pelo contrário, impugnação da lista de credores, há lugar a uma tentativa de conciliação e é proferido um despacho saneador no qual pode ser logo proferida a sentença (art. 136º do CIRE). Porém, esta pode ainda ter lugar apenas na sentença final (depois da audiência de discussão e julgamento), se for necessária a produção de prova para averiguação de algum crédito (art. 136º, nº 7 e 140º do CIRE)⁴⁹.

Em qualquer uma das hipóteses, e tal como estabelece o art. 140º, nº 2 do CIRE, a graduação é geral para os bens da massa insolvente e é especial para os bens a que respeitem direitos reais de garantia e privilégios creditórios⁵⁰. Esta mesma norma, no seu nº 3, estabelece, ainda, que não são atendidas as preferências que resultam de hipoteca judicial nem de penhora. Esta regra visa, nas palavras de MENEZES LEITÃO, “assegurar a *par conditio creditorum*”⁵¹.

A sentença que verifica e gradua os créditos deve classificá-los, quer seja como garantidos, privilegiados ou mesmo comuns, obedecendo ao regime geral aplicável fora do contexto de um processo de insolvência. Só duas categorias de créditos são próprias do processo de insolvência: os créditos sobre a massa e os créditos subordinados⁵².

Deste modo, os créditos encontram-se divididos em duas grandes classes: “os créditos sobre a massa insolvente”, que correspondem às dívidas da massa insolvente

⁴⁸ Cfr. LAMEIRAS, Luís - Verificação e graduação de créditos, *Processo de Insolvência e Ações Conexas*, (Planos de formação continua), Dezembro de 2014. [Consult. 15 mai. 2015].

Disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo_insolvencia_acoes_conexas.pdf.

⁴⁹ Cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 234-235. Cfr. SERRA, Catarina - *A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 287-289.

⁵⁰ Neste sentido, ver, acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 817/08.8TYVNG-B.P1, de 23 de fevereiro de 2012. Relator: Carlos Portela.

⁵¹ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 221.

⁵² Cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 235.

(art. 51º do CIRE) e os “créditos sobre a insolvência”, aos quais correspondem as dívidas da insolvência (art. 47º do CIRE).

6. Classificação dos créditos

6.1. Créditos sobre a insolvência e créditos sobre a massa insolvente

O CIRE não nos disponibiliza uma definição, propriamente dita, de credor; dá-nos antes uma classificação dos credores, como: “credores da insolvência” (detentores das dívidas da insolvência), ou “credores da massa insolvente” (detentores das dívidas da massa insolvente). Esta classificação reporta-se ao momento da constituição do crédito⁵³.

Quanto a esta distinção entre “dívidas da insolvência” e “dívidas da massa insolvente” e ao momento da constituição do respetivo crédito, esclarece o ponto 21 do preâmbulo do DL nº 53/2004, de 18 de março, que as primeiras correspondem aos créditos sobre o insolvente com fundamento anterior à data da declaração de insolvência (art. 47º nº1 do CIRE), e as segundas são constituídas no decurso do processo (art. 51º nº 1 e 2 do CIRE).

Assim, os credores da insolvência são todos os titulares de créditos de natureza patrimonial sobre o insolvente, ou garantidos por bens integrantes da massa insolvente (art. 47º nº1 do CIRE), realçando que o seu fundamento terá de existir aquando a declaração de insolvência, pois, caso contrário, se o fundamento é posterior, à partida não estaremos perante créditos sobre a insolvência. Equiparados a estes são os que mostrarem ter adquirido os respetivos créditos no decorrer do processo (art. 47, nº 3 do CIRE)⁵⁴.

Relativamente aos créditos sobre a massa insolvente, estes encontram-se elencados no art. 51º, nº 1 do CIRE. No entanto este elenco não é taxativo, como se pode concluir a partir da expressão, “além de outras como tal qualificadas neste código”, que consta da respetiva norma. A título de exemplo temos: as custas do processo de insolvência; as remunerações do administrador da insolvência e as despesas deste e dos membros da comissão de credores; as dívidas emergentes dos atos de administração, liquidação e

⁵³Cfr. SERRA, Catarina - *A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 387-388.

⁵⁴ Cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 239.

partilha da massa insolvente. Estes são apenas alguns exemplos de dívidas da massa, que evidenciam que o seu fundamento se constitui no decorrer do processo.

Os créditos sobre a massa são primeiramente pagos em relação aos créditos sobre a insolvência, tal como afirma o art. 172º, nº 1 do CIRE, além de que beneficiam de certas especificidades no decurso do processo: os respetivos titulares não têm que reclamá-los no apenso de verificação dos créditos (arts. 128º e ss. do CIRE); a insuficiência da massa para o seu pagamento importa a aplicação do disposto nos arts. 39º ou 232º do CIRE, consoante o património do devedor não seja presumivelmente suficiente para a satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, ou se verifique, efetivamente, que é insuficiente para a satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa insolvente; o seu pagamento tem lugar na data do seu vencimento, qualquer que seja o estado do processo (art. 172º, nº 3 do CIRE)⁵⁵; finalmente, podem ainda, estes créditos, ser reclamados através de ação instaurada contra a massa insolvente, por apenso aos autos de insolvência nos termos do art. 89º, nº 1 do CIRE⁵⁶.

A massa insolvente destina-se, em primeiro lugar, ao pagamento das “suas próprias dívidas” e, posteriormente, à satisfação dos credores da insolvência.

6.2. Créditos sobre a insolvência

6.2.1. Considerações gerais

Tal como foi dito anteriormente, créditos sobre a insolvência são todos aqueles que tenham natureza patrimonial e vinculem o insolvente, ou sejam garantidos por bens integrantes da massa insolvente, com fundamento anterior à declaração de insolvência (art. 47, nº 1 do CIRE) e, ainda, como dispõe o art. 47º, nº 3 do CIRE, aqueles que, à data da declaração de insolvência, mostrem ter sido adquiridos no decurso do processo.

⁵⁵ EPIFÂNIO, Maria do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 237.

⁵⁶ Neste sentido, o acórdão do Tribunal da Relação de Évora - Processo n.º 3236/10.2TBPTM.E1, de 27 de março de 2014. Relator: Mata Ribeiro.

Assim, uma vez proferida a decisão declaratória de insolvência, todos os credores do devedor passam a ser havidos como credores da insolvência⁵⁷. Neste sentido poder-se-á afirmar que o processo de insolvência é um processo concursal.

Nas palavras de CATARINA SERRA, “concurso” significa a afluência simultânea de mais do que um sujeito a um mesmo objetivo⁵⁸. Desta forma, verifica-se no processo de insolvência um concurso de credores, todos eles com um objetivo em comum, a satisfação do seu crédito. No entanto, para se considerar o processo concursal, participando vários credores, certamente uns vão sofrer limitações em detrimento de outros, pois o valor que existe na massa insolvente poder-se-á revelar insuficiente para a satisfação integral do direito de todos eles⁵⁹ ou seja, existe um conflito de interesses entre eles.

Pode-se retirar da leitura do art. 601º do CC que todos os credores têm em comum a mesma garantia para satisfação dos seus direitos de crédito, o património do devedor.

Considerando a diversidade de situações em que se podem encontrar os titulares de créditos sobre o insolvente, e a necessidade de lhes dispensar um tratamento adequado, os credores da insolvência são, então, repartidos em quatro classes: credores garantidos, credores privilegiados, credores subordinados e credores comuns, como refere m as als. a) a c) do nº 4 do art. 47º do CIRE⁶⁰.

6.2.2. Classes de créditos sobre a insolvência

Como foi já referido, não existindo factos que conduzam à aplicação de regras especiais, o processo de insolvência obedece ao princípio da igualdade na satisfação dos direitos dos credores (art. 604º, nº 1 do CC). Todavia, esta regra que caracteriza o regime da insolvência enquanto execução universal, não pode deixar de admitir exceções, que advêm da maior ou menor “categoria” em que se insira o credor⁶¹.

Entre essas exceções contam-se as que resultam da existência de garantias reais ou de privilégios creditórios, de que gozem alguns credores. Assim, no âmbito do processo

⁵⁷ FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 294.

⁵⁸ SERRA, Catarina - *A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, p.76.

⁵⁹ IDEM - *Ibidem*, pp. 76-77.

⁶⁰ Cfr. Ponto 22 do preâmbulo do DL nº 53/2004, de 18 de março.

⁶¹ Cfr. acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa - Processo n.º 353/09.5TBSXL-B.L2-2, de 27 de outubro de 2011. Relator: Teresa Albuquerque.

de insolvência, os credores vêm os seus créditos classificados de acordo com o estabelecido no CIRE⁶², daí surgir a necessidade de ordenação dos créditos por classes.

À luz do disposto no art. 47º, nº 4 do CIRE, admite-se a existência de quatro tipos de créditos: **garantidos** (créditos que beneficiam de garantias reais sobre bens integrantes e específicos da massa insolvente, incluindo os privilégios creditórios especiais); **privilegiados** (créditos que beneficiam de privilégios creditórios gerais mobiliários ou imobiliários, que por não incidirem sobre coisa determinada, não constituem garantias reais); **subordinados** (todos os créditos enumerados no art. 48º do CIRE, exceto quando beneficiem de privilégios creditórios, gerais ou especiais, ou de hipotecas legais que não se extingam por efeito da declaração de insolvência) e **comuns** (os créditos que não integram nenhuma das restantes categorias).

A este respeito, importante será dizer que esta norma se limita à mera enunciação das classes de créditos, não as enumerando por ordem de prevalência⁶³.

6.2.2.1. Créditos garantidos

Conforme em cima se referiu, créditos garantidos são aqueles cujos titulares beneficiam de garantias reais sobre determinados bens que integram a massa insolvente, incluindo os privilégios creditórios especiais, até ao montante correspondente ao valor dos bens objeto das garantias, tendo em conta as eventuais onerações prevalecentes (art. 47º nº4, al. a) do CIRE).

A doutrina inclui na classe de créditos garantidos os créditos que, quer seja o devedor o insolvente, quer seja um terceiro, beneficiam de garantia real incidente sobre os bens integrantes da massa insolvente⁶⁴.

Por garantia real entende-se a faculdade que a lei confere ao credor garantido de ser pago preferencialmente em relação a quaisquer outros credores da insolvência, pelo produto resultante dos bens/rendimentos do devedor ou de terceiro.

Entre as garantias reais⁶⁵ encontram-se na lei substantiva: a consignação de rendimentos (pode garantir o cumprimento de uma obrigação de certos bens imóveis, ou

⁶² Cfr. CRUZ, Nuno Gundar da - *As classes de créditos no processo de insolvência*, Revista Invest, 26 de março de 2015. [Consult. 17 mai. 2015]. Disponível em <http://www.revistainvest.pt/pt/As-classes-de-creditos-no-processo-de-insolvencia---por-Nuno-Gundar-da-Cruz/A1107>.

⁶³ Cfr. FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 294.

⁶⁴ IDEM - *Ibidem*, p. 295.

de certos bens móveis sujeitos a registo, bem como o pagamento dos respectivos juros, ou apenas o cumprimento da obrigação ou só o pagamento dos juros – arts. 656º e ss. do CC); o penhor (confere ao credor o direito à satisfação do seu crédito, bem como dos juros, se os houver, com preferência sobre os demais credores, pelo valor de certa coisa móvel, ou pelo valor de créditos ou outros direitos não suscetíveis de hipoteca, pertencentes ao devedor ou a terceiro – arts. 666º e ss. do CC); a hipoteca (confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas, pertencentes ao devedor ou a terceiro com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo. O registo da hipoteca é condição bastante para que esta produza efeitos – arts. 686º e ss. do CC) e o direito de retenção (verifica-se quando o devedor, que disponha de um crédito contra o seu credor, e estando obrigado a entregar certa coisa, o seu crédito resultar de despesas feitas por causa dela ou de danos por ela causados – arts. 754º e ss. do CC).

Todas estas garantias são, nas palavras de LUÍS M. MARTINS, de origem não processual, já que “as garantias de origem processual, penhora e hipoteca judicial, perdem o seu estatuto preferente no processo de insolvência”⁶⁵. Ou seja, a preferência resultante destas garantias não é atendida na graduação de créditos, mas as custas pagas pelo autor ou exequente constituem dívidas da massa insolvente (art. 140º, nº 3 do CIRE).

Para além das garantias reais, e tal como dispõe o nº 4, al. a) do art. 47º do CIRE, são também créditos garantidos os que beneficiem de privilégios creditórios especiais sobre bens integrantes da massa insolvente.

“Privilégio creditório é a faculdade que a lei, em atenção à causa do crédito, concede a certos credores, independentemente do registo, de serem pagos com preferência a outros” (art. 733º do CC). Os privilégios creditórios podem ser mobiliários ou imobiliários, sendo que os mobiliários se dividem em gerais e especiais e os imobiliários, estabelecidos no CC, são sempre especiais (art. 735º do CC). Para a classe de créditos em questão interessa apenas falar sobre os privilégios creditórios especiais.

Desta forma, são exemplos de créditos que gozam de privilégios mobiliários especiais os previstos nos arts. 738º a 742º do CC: créditos por despesas de justiça e

⁶⁵ Pelo contrário, são exemplos de garantias pessoais: a fiança, a subfiança, o mandato de crédito, no Direito Civil, e no Direito Mercantil, o aval, a garantia autónoma, a carta de conforto. EPIFÂNIO, Maria do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 240.

⁶⁶ MARTINS, Luís M. - *Processo de Insolvência anotado e comentado*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2014, p. 194.

imposto sobre sucessões e doações⁶⁷; créditos pelos fornecimentos de sementes, plantas e adubos, e de água ou energia para irrigação ou outros fins agrícolas; créditos por dívidas de foros relativos ao ano corrente na data da penhora, ou ato equivalente, e ao ano anterior; crédito da vítima de um facto que implique responsabilidade civil; crédito do autor de obra intelectual. Para além destes, existem outros previstos em legislação avulsa, como o crédito do imposto de circulação: “goza de privilégio mobiliário especial sobre o veículo que deu origem à coleta” (art. 10º do Código do Imposto de Circulação e Camionagem).

Por sua vez, também os créditos sobre os quais incidem privilégios creditórios imobiliários especiais têm lugar no CC (arts. 743º e 744º: créditos por despesas de justiça; créditos por contribuição predial⁶⁸ devida ao Estado ou às autarquias locais, inscritos para cobrança no ano corrente na data da penhora, ou ato equivalente, e nos dois anos anteriores; créditos do Estado pela sisa⁶⁹ e pelo imposto sobre as sucessões e doações).

Para além disso, “a lei confere privilégio imobiliário especial aos créditos laborais dos trabalhadores⁷⁰, sobre os bens imóveis do empregador nos quais ao tempo da declaração eles exerciam a sua atividade, devendo esses créditos ser graduados antes dos créditos do Estado (pela contribuição predial, pela sisa e pelo imposto sobre sucessões e doações), dos créditos das autarquias locais (pela contribuição predial), dos créditos das contribuições devidas à Segurança Social e da hipoteca”⁷¹. Porém, para a verificação da existência do privilégio imobiliário especial, é condição *sine qua non*⁷², que os credores trabalhadores, em cumprimento do disposto no art. 342º do CC, aleguem e provem que exerciam a sua atividade profissional num determinado bem

⁶⁷ A referência ao imposto sobre sucessões e doações deve entender-se feita ao Imposto do Selo, nos termos do art. 28º do DL nº 287/2003, de 12 de Novembro.

⁶⁸ A referência à contribuição predial deve entender-se feita ao Imposto Municipal Sobre Imóveis nos termos do art. 31º do DL nº 287/2003, de 12 de Novembro.

⁶⁹ A referência ao imposto municipal de sisa deve entender-se feita ao Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis nos termos do art. 28º do DL nº 287/2003, de 12 de Novembro.

⁷⁰ A respeito dos créditos laborais ver, COSTEIRA, Joana – A classificação dos créditos laborais. In SERRA, Catarina (coord. de) – *I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso*. Coimbra: Almedina, 2014, pp. 161-179.

⁷¹ Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 278/10.1TBFND-C.C.1.1, de 10 de novembro de 2011. Relator: Garcia Calejo.

⁷² Acórdão do Tribunal da Relação de Évora - Processo n.º 1479/12.3TBABT-A.E1, de 14 de novembro de 2013. Relator: Mata Ribeiro.

imóvel, propriedade do empregador, uma vez que “é sobre esse bem concreto, e apenas sobre esse imóvel individualmente considerado, que recai a sua garantia”^{73/74}.

Os privilégios especiais, mobiliários e imobiliários, constituem-se no momento da formação do crédito garantido, assentam numa relação entre o crédito e a coisa que o garante e são oponíveis a direitos reais (arts. 750º e 751º do CC). São, portanto, verdadeiros direitos reais de garantia⁷⁵.

O privilégio mobiliário especial prevalece, como regra, sobre os direitos de terceiro, se for de constituição anterior. Já o privilégio imobiliário especial prevalece sobre quaisquer direitos de terceiro, ainda que anteriores à sua constituição, incluindo a hipoteca. Os privilégios creditórios imobiliários especiais constituem garantias reais de cumprimento das obrigações, valem contra terceiros e gozam de preferência sobre hipoteca anteriormente constituída⁷⁶. Contrariamente a esta opinião, e ao estatuído no CC, o DL nº 59/2006 de 20 de março, que estabelece o novo regime aplicável às obrigações hipotecárias e às instituições de crédito hipotecário, bem como às obrigações sobre o sector público, de acordo com o seu art. 3º, nº 2 determina que as hipotecas que garantam os créditos hipotecários subjacentes a obrigações hipotecárias e os outros ativos previstos no art. 17º “prevalecem sobre quaisquer privilégios creditórios imobiliários”. Na opinião de ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS, verifica-se aqui um problema de conciliação com o art. 746º do CC, questão esta a resolver tendo em conta que o DL nº 59/2006 é lei posterior⁷⁷.

Existem, porém, certas garantias/privilégios que se extinguem com a declaração de insolvência, pelo que os respetivos titulares deixam de integrar a classe dos credores garantidos. Têm-se em conta as situações previstas no art. 97º nº 1 do CIRE: os privilégios creditórios especiais que forem acessórios de créditos sobre a insolvência de que forem titulares o Estado, as autarquias locais e as instituições de segurança social

⁷³ Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 897/06.0TBOBR-B.C1.S1, de 06 de julho de 2011. Relator: Fonseca Ramos. No mesmo sentido ver também, acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 0822486, de 08 de julho de 2008. Relator: Cristina Coelho.

⁷⁴ Veja-se em sentido contrário o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 1145/12.0TBCL-C.G1.S1, de 13 de janeiro de 2015. Relator: Fernandes do Vale, no qual se afirma que “... não releva uma ligação ou conexão com um qualquer imóvel onde os trabalhadores tenham exercido funções, exigindo-se, antes, que esse imóvel faça parte integrante, de forma estável, da empresa encarada como unidade produtiva e emanação do complexo organizacional do empregador.”

⁷⁵ Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1, de 14 de fevereiro de 2012. Relator: Henrique Antunes.

⁷⁶ Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 1799/06.6TBAGD-B.C1.S1, de 20 de outubro de 2009. Relator: Alves Velho.

⁷⁷ MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 270.

vencidos mais de 12 meses antes da data do início do processo de insolvência (al. b)); as hipotecas legais cujo registo haja sido requerido dentro dos dois meses anteriores à data do início do processo de insolvência, e que forem acessórias de créditos sobre a insolvência do Estado, das autarquias locais e das instituições de segurança social (al. c)); se não forem independentes de registo, as garantias reais sobre imóveis ou móveis sujeitos a registo integrantes da massa insolvente, acessórias de créditos sobre a insolvência e já constituídas, mas ainda não registadas nem objeto de pedido de registo (al. d)) e as garantias reais sobre bens integrantes da massa insolvente acessórias dos créditos havidos como subordinados (al. e)).

6.2.2.2. Créditos privilegiados

A qualificação de um crédito como privilegiado é, nos termos do art. 47º, nº4 al. a) do CIRE, limitada ao enquadramento exclusivo dos privilégios creditórios gerais sobre bens que integram a massa insolvente, até ao montante correspondente ao valor dos bens objeto dos privilégios gerais, tendo em conta as eventuais onerações prevalecentes.

Como já foi explicado antes, os privilégios creditórios podem ser mobiliários ou imobiliários (art. 735º, nº 1 do CC), consoante digam respeito a bens móveis ou bens imóveis, e aqueles, por sua vez, podem ser gerais ou especiais. São gerais quando incidem sobre o valor de uma universalidade de bens existentes no património do devedor à data da penhora ou de ato equivalente, e especiais quando incidem sobre o valor de um bem específico (art. 735º, nº 2 do CC).

Os privilégios creditórios mobiliários gerais encontram-se na sua maioria previstos no CC, enquanto os privilégios creditórios imobiliários gerais apenas existem em legislação avulsa, já que os estabelecidos no CC são sempre especiais (art. 735º, nº 3 do CC).

“Os privilégios mobiliários gerais constituem-se apenas no momento da penhora ou ato equivalente, não pressupõem uma relação entre o crédito e a coisa garante, não são oponíveis a direitos reais e não traduzem qualquer afetação específica de bens (art. 733º, nº 2 e 749º do CC)”⁷⁸. Encontram-se, então, previstos nos arts. 736º e 737º do CC, parte dos créditos que gozam de privilégio geral sobre os móveis, nomeadamente: os créditos do Estado e das autarquias locais, por impostos indiretos, e pelos impostos diretos inscritos para cobrança no ano corrente na data da penhora, ou ato equivalente, e nos

⁷⁸ Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1, de 14 de fevereiro de 2012. Relator: Henrique Antunes.

dois anos anteriores⁷⁹; o crédito por despesas do funeral do devedor; o crédito por despesas com doenças do devedor ou de pessoas a quem este deva prestar alimentos, relativo aos últimos seis meses; o crédito por despesas indispensáveis para o sustento do devedor e das pessoas a quem este tenha a obrigação de prestar alimentos, relativo aos últimos seis meses e os créditos emergentes do contrato de trabalho, ou da violação ou cessação deste contrato, pertencentes ao trabalhador e relativos aos últimos seis meses.

Para além destes, com o mesmo privilégio, estão, ainda, previstos em legislação especial: créditos do Estado relativamente ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (art. 111º CIRS⁸⁰, aprovado pelo DL nº 442-A/88, de 30 de Novembro); créditos do Estado relativamente ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (art. 108º do CIRC – redação dada pelo DL nº 292/2009, de 13 de Outubro); crédito do Estado no que respeita ao aval (art. 22º da Lei 112/ 97 de 13 de Setembro); o conferido à segurança social (art. 1º do DL nº 512/76, de 3 de Julho, e art. 10º do DL nº 103/80, de 9 de Maio); créditos dos trabalhadores emergentes de contrato de trabalho, ou da sua violação ou cessação (art. 333º, nº 1, al. a) do CT), crédito do credor requerente da declaração de insolvência, num máximo correspondente a 500 UC⁸¹ (art. 98º, nº 1 do CIRE) e, ainda, o crédito do credor que, no âmbito do PER, financie a atividade do devedor, colocando ao seu dispor capital para a sua revitalização (arts. 17º-H, nº 2 e 17º-I, nº 6 do CIRE).

Quanto aos privilégios creditórios imobiliários gerais, estes “não constituem, dada a sua generalidade, por não incidirem sobre coisas corpóreas certas e determinadas, direitos reais de garantia nem sequer verdadeiros direitos subjetivos. O privilégio apenas se constitui no momento da execução e não no momento da constituição do crédito garantido, não existindo qualquer relação entre o crédito garantido e a coisa garante”⁸².

⁷⁹ Pode ler-se no nº 2 do art. 736º do CC que “ este privilégio não compreende a sisa (IMT) ou o imposto sobre as sucessões e doações (IS), nem quaisquer outros impostos que gozem de privilégio especial.

⁸⁰ Foi declarada a inconstitucionalidade desta norma, com força obrigatória geral, pelo acórdão do Tribunal Constitucional, nº 362/2002, de 17 de Setembro, na interpretação segundo a qual o privilégio imobiliário geral nela conferido à Fazenda Pública prefere à hipoteca nos termos do art. 751º do CC. (Ver a este respeito, o acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 5282/12.2TBMAI-C.P1, de 13 de maio de 2014. Relator: Francisco Matos.)

⁸¹ O presente valor da UC é de 102 euros, logo o montante máximo a que o nº 1 do art. 98º do CIRE se refere é de 51.000 euros. Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 96.

⁸² Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1, de 14 de fevereiro de 2012. Relator: Henrique Antunes.

Estão consagrados em legislação especial, dos quais são exemplo, o privilégio das instituições de segurança social (art. 2º do DL nº 512/76, de 3 de Julho e art. 11º do DL nº 103/80, de 9 de maio), os privilégios concedidos ao Estado, relativo aos impostos sobre o rendimento de pessoas singulares e de pessoas coletivas (art. 111º do CIRS⁸³, e art. 108 do CIRC), os privilégios mobiliários e imobiliários gerais de que gozam os créditos laborais (Lei nº 17/86, de 14 de Junho e Lei nº 96/2001, de 20 de Agosto). A respeito deste último, pode ler-se no acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de Dezembro de 2007, “no processo de insolvência, o privilégio imobiliário geral previsto na Lei nº 17/86, de 14-06, e na Lei nº 96/2001, de 20-08, para os créditos laborais não tem a virtualidade de se posicionar em situação de prevalência sobre os direitos de hipoteca garantidos de direitos de crédito da titularidade de terceiros”⁸⁴.

Ainda relativamente aos privilégios gerais, importa dizer que estes não valem contra terceiros, titulares de direitos que, recaindo sobre as coisas abrangidas pelo privilégio, sejam oponíveis ao exequente (art. 749º, nº 1 do CC).

6.2.2.3. Créditos subordinados

Respeitando a enunciação prevista no art. 47º, nº 4 do CIRE, surge imediatamente a seguir aos créditos garantidos e aos créditos privilegiados, a classe dos créditos subordinados. Esta classe vai ser, neste contexto, resumidamente explicada, uma vez que é o tema central do presente trabalho e, por isso, será exposta de forma pormenorizada adiante. Pode-se, no entanto, dizer desde já que os créditos subordinados constituem “uma das principais inovações do CIRE, que, como o conceito indica, ficam numa posição de subalternidade relativamente aos outros créditos”⁸⁵.

Consideram-se subordinados os créditos que se encontram enumerados no art. 48º do CIRE: créditos detidos por pessoas especialmente relacionadas com o devedor, desde que a relação especial existisse já aquando da respetiva aquisição, e por aqueles a quem eles tenham sido transmitidos nos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência (al. a)); os juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração

⁸³ Foi declarada a inconstitucionalidade desta norma, com força obrigatória geral, pelo acórdão do Tribunal Constitucional, nº 362/2002, de 17 de Setembro, na interpretação segundo a qual o privilégio imobiliário geral nela conferido à Fazenda Pública prefere à hipoteca nos termos do art. 751º do CC. (Ver a este respeito, o acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo nº 5282/12.2TBMAI-C.P1, de 13 de maio de 2014. Relator: Francisco Matos.)

⁸⁴ Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo nº 4053/07, de 13 de dezembro 2007. Relator: Oliveira Rocha.

⁸⁵ ALMEIDA & LEITÃO - *O Processo de Insolvência – Da Petição Inicial ao Pagamento aos Credores*. 3ª edição. Porto: Almeida & Leitão, Lda, 2007, p. 92.

da insolvência, com exceção dos abrangidos por garantia real e por privilégios creditórios gerais, até ao valor dos bens respetivos (al. b)); créditos cuja subordinação tenha sido convencionada pelas partes (al. c)); créditos que tenham por objeto prestações do devedor a título gratuito (al. d)); créditos sobre a insolvência que, como consequência da resolução em benefício da massa insolvente, resultem para o terceiro de má fé (al. e)); os juros de créditos subordinados constituídos após a declaração da insolvência (al. f)); créditos por suprimentos (al. g)). Não são, pelo contrário, tidos como subordinados os que beneficiarem de privilégios creditórios, gerais ou especiais, ou de hipotecas legais, que não se extingam por efeito da declaração de insolvência (art. 47º, nº 4, al.b))⁸⁶.

6.2.2.4. Créditos comuns

A última classe de créditos a que se refere o art. 47º, nº 4 do CIRE é a dos créditos comuns, limitando-se a defini-los, na sua alínea c), como “os demais créditos”.

Quer isto dizer que créditos comuns são os restantes créditos, aqueles que não integram nenhuma das outras classes de créditos sobre a insolvência; que não beneficiam nem de garantia real, nem de privilégio creditório, nem são subordinados.

Assim, desde logo se consideram créditos comuns todos aqueles que, para além dos supra referidos, beneficiem de garantia real ou privilégio que se extinga por força da declaração da insolvência (art. 97º do CIRE), como também os créditos cuja garantia não possa ser atendida no âmbito do processo de insolvência (art. 140º, nº 3 do CIRE).

Para além destes, também os créditos que beneficiarem de outras garantias de diferente natureza destas, como garantias pessoais (por exemplo: a fiança, a subfiança, o mandato de crédito, no Direito Civil, e no Direito Mercantil, o aval, a garantia autónoma, a carta de conforto)⁸⁷, são considerados créditos comuns, pese embora sujeitos à aplicação do estipulado no art. 179º do CIRE: o pagamento poderá ficar condicionado ao não recebimento enquanto não se verificarem as condições preceituadas nesta norma⁸⁸.

⁸⁶ Extinguem-se com a declaração de insolvência os privilégios creditórios e garantias reais elencadas no art. 97º, nº 1 do CIRE.

⁸⁷ Cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 240.

⁸⁸ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 96.

7. Pagamento aos credores

7.1. Considerações gerais

A principal finalidade do processo de insolvência é a satisfação dos direitos dos credores. Essa satisfação é, em regra, concretizada nesta fase do processo, o pagamento.

A classificação dos créditos e dos credores, para além de ser relevante para vários efeitos, delimitando a intervenção dos credores no processo, é particularmente relevante na fase final de pagamento aos credores⁸⁹, uma vez que, “os créditos são satisfeitos de harmonia com o princípio da satisfação integral sucessiva, segundo a ordem da sua graduação, regra de que decorre esta consequência: um crédito só pode ser pago depois de o crédito anteriormente graduado se encontrar totalmente solvido (artº 173 do CIRE e 604 nº 1, 1ª parte do CC). Assim, mesmo que o produto obtido com a venda dos bens apreendidos para a massa seja insuficiente para satisfazer todos os créditos graduados, isso não obsta à satisfação daqueles que, segundo a sua graduação, puderem ser integralmente pagos (artº 174 nº 1 e 175 nº 1 do CIRE) ”⁹⁰.

O pagamento aos credores encontra-se regulado no título VII do CIRE, mais concretamente nos arts. 172º a 184º. Primeiramente, e como resulta do art. 172º, nº 1 do CIRE, procede-se ao pagamento das dívidas da massa e só posteriormente ao pagamento dos créditos sobre a insolvência.

Relativamente a estes últimos (pagamento dos créditos sobre a insolvência), importa salientar que apenas são liquidados aqueles que se encontrem verificados por sentença transitada em julgado (art. 173º do CIRE), devendo, claro está, obedecer à referida hierarquia, que se dispõe da seguinte forma: créditos garantidos (art. 174º do CIRE), privilegiados (art. 175º do CIRE), comuns (art. 176º do CIRE) e, por último, depois de integralmente pagos todos estes, e se ainda houver saldo, têm lugar os subordinados (art. 177º do CIRE).

Com o encerramento da liquidação da massa insolvente, dá-se a distribuição do montante obtido pelos respetivos credores e o rateio final, a efetuar pela secretaria do tribunal, nos termos do art. 182º do CIRE, pese embora o administrador da insolvência

⁸⁹ Cfr. SERRA, Catarina - *O novo regime português da insolvência – Uma introdução*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2008, p.31.

⁹⁰ Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1, de 14 de fevereiro de 2012. Relator: Henrique Antunes.

poder apresentar proposta de distribuição e de rateio final, acompanhada da respectiva documentação de suporte, sendo tal informação apreciada pela secretaria (art. 182º, nº 2 do CIRE).

No entanto, no correr do processo, pode o administrador da insolvência (com o parecer da comissão de credores, se esta existir), elaborar rateios parciais, não sendo necessário aguardar pelo rateio final. As quantias, em depósito, podem ser suficientes para garantir a distribuição pelos credores de pelo menos 5% do valor dos créditos, sejam eles privilegiados, comuns ou subordinados. Se assim for, é apresentado o plano e mapa de rateio que o administrador da insolvência entenda que deve ser efetuado, seguindo-se a decisão do juiz sobre os pagamentos que considere justificados (art. 178º do CIRE).

Todos os pagamentos são efetuados por meio de cheque sobre a conta da insolvência e independentemente de requerimento (art. 183º, nº 1 do CIRE). De notar que, quando exista comissão de credores, a movimentação do depósito efetuado, seja qual for a sua modalidade, só pode ser feita mediante assinatura conjunta do administrador da insolvência e de, pelo menos, um dos membros da comissão (art. 167º, nº 2 do CIRE). Os cheques devem ser solicitados na secretaria, ou apresentados a pagamento no prazo de um ano a contar da data do aviso ao credor, caso contrário prescrevem os respetivos créditos e as importâncias revertem a favor do Cofre Geral dos Tribunais (art. 183º, nº 2 do CIRE). Todavia, não tem lugar a realização de qualquer pagamento aos credores, se as sobras da liquidação nem sequer cobrirem as despesas do rateio, sendo atribuídas, igualmente, ao Cofre Geral dos Tribunais (art. 182º, nº 2 do CIRE).

Pode, ainda, colocar-se a hipótese, embora pouco comum, de o produto da liquidação ser suficiente para o pagamento da integralidade dos créditos sobre a insolvência. Nesse caso, estabelece o art. 184º, nº 1 do CIRE, que o remanescente é entregue ao devedor pelo administrador da insolvência. Não sendo o devedor uma pessoa singular, é entregue “às pessoas que nele participem a parte do saldo que lhes pertenceria se a liquidação fosse efetuada fora do processo de insolvência, ou cumpre o que de diverso estiver a este respeito legal ou estatutariamente previsto” (art. 184º, nº 2 do CIRE).

Assim se processa, de uma forma geral, o pagamento aos credores da insolvência. No entanto, cada categoria de créditos, garantidos, privilegiados, comuns, subordinados,

ou mesmo as próprias dívidas da massa insolvente, obedecem a um regime próprio, que passa a ser explicado individualmente já de seguida.

7.2. Pagamento das dívidas da massa insolvente

A lei determina, no art. 172º do CIRE, a liquidação das dívidas da massa insolvente, antes de se proceder ao pagamento dos créditos sobre a insolvência (nº 1, primeira parte), a ter lugar nas datas dos respetivos vencimentos, qualquer que seja o estado do processo (art. 172º, nº 3 do CIRE). Para o efeito, compete ao administrador da insolvência deduzir da massa insolvente “os bens ou direitos necessários à satisfação das dívidas desta”; para além das dívidas já contabilizadas, deverá ainda, o administrador da insolvência, contabilizar as dívidas que “previsivelmente se constituirão até ao encerramento do processo” e incluí-las nesta dedução (nº 1, parte final).

Primeiramente, respondem por estas dívidas os rendimentos da própria massa⁹¹. Verificando-se a insuficiência desses rendimentos, são imputadas, na devida proporção, ao produto da venda de cada bem móvel ou imóvel, devendo o administrador da insolvência “incidir preferencialmente sobre bens desonerados”^{92/93}, uma vez que o nº 2 do art. 172º do CIRE, limita a imputação desses bens a 10% do seu valor, se estes forem onerados por garantias reais. Poderá, no entanto, exceder essa percentagem, se e na medida em que se torne “indispensável à satisfação integral das dívidas da massa insolvente ou do que não prejudique a satisfação integral dos créditos garantidos” (art. 172, nº 2 do CIRE).

⁹¹ MARTINS, Luís M. - *Processo de Insolvência anotado e comentado*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2014, p. 390, define rendimentos da massa como “todos os bens ou direitos além dos apreendidos para a massa. Estes tanto podem resultar e derivar dos bens já apreendidos, como também da sua administração”.

⁹² Neste sentido, FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 645.

⁹³ É proibida a compra de bens da massa insolvente pelo administrador da insolvência (art. 168º, nº 1 do CIRE). Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes – *Direito das Obrigações*. Volume III. 10ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 43.

7.3. Pagamento dos créditos garantidos

Depois de abatidas as respetivas despesas e deduzidos os 10% que sejam necessários para a satisfação das dívidas da massa insolvente, é iniciado, imediatamente, o pagamento aos credores que beneficiam de garantias reais e privilégios creditórios especiais.

O pagamento a estes credores resulta do produto obtido com a alienação dos bens onerados com garantia real (art. 174º, nº 1 do CIRE), respeitando a prioridade que lhes é atribuída na sentença de verificação e graduação de créditos (art. 140º, nº 2 do CIRE), quando o mesmo bem tenha sido onerado mais de uma vez. Prioridade essa que, geralmente, se efetua seguindo a ordem da constituição do respetivo crédito. É importante ressaltar que o pagamento dos créditos garantidos não pode ser efetuado contando com a totalidade do produto obtido na liquidação, na medida em que, parte desse valor é destinada às despesas próprias da liquidação e outra parte reservada à satisfação, necessária, das dívidas da massa⁹⁴.

Existem, no entanto, exceções à regra que estabelece a ordem de pagamento destes créditos que, normalmente, é determinada pelo momento da constituição dos mesmos. Desde logo, em relação ao privilégio imobiliário especial conferido aos créditos laborais dos trabalhadores, que se gradua sempre em primeiro lugar. Os restantes privilégios imobiliários especiais preferem à consignação de rendimentos, à hipoteca ou ao direito de retenção, ainda que essas garantias sejam anteriores (art. 751º do CC). Já as hipotecas que visem garantir o pagamento de créditos hipotecários subjacentes a obrigações hipotecárias prevalecem sobre qualquer privilégio creditório imobiliário (art. 3º, nº 2 do DL nº 59/2006, de 20 de março). Por outro lado, o direito de retenção que recaia sobre coisa imóvel prevalece sobre a hipoteca, ainda que ela tenha sido constituída anteriormente (art. 759º, nº 2 do CC)⁹⁵.

No caso destes bens, objeto de garantias, se revelarem insuficientes para a satisfação integral destes créditos, é o remanescente do crédito (o montante que fique por pagar) incluído entre os créditos comuns. Somente a partir do momento em que é fixado o valor definitivo a que o credor garantido tem direito, resultado do produto obtido com a liquidação dos bens onerados, é possível determinar, efetivamente, o

⁹⁴ FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 649.

⁹⁵ A este propósito, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 242.

remanescente a incluir como crédito comum, substituindo, assim, o montante estimado nos rateios parciais pelo montante efetivo, caso não se verifique coincidência entre eles (art. 174º nº 1 do CIRE). Previamente à venda dos bens, existindo algum rateio entre os credores comuns, deverá ser atendido e reconhecido como crédito comum, um saldo estimado a que terá direito o credor garantido se não for integralmente satisfeito pelo produto dos bens que lhe digam respeito, ficando essas quantias depositadas até à confirmação do saldo efetivo. O saldo estimado é substituído pelo efetivo, se ambos não coincidirem. E uma vez apurado o saldo efetivo, procede-se ao levantamento da referida quantia depositada, sendo autorizado, apenas, na medida do que se vier a apurar (art. 174º, nº 2 do CIRE). Se o saldo efetivo for superior ao estimado, o credor só poderá ser satisfeito em relação à diferença em pagamentos posteriores⁹⁶.

Neste contexto, coloca-se ainda a hipótese de o bem objeto de garantia real responder por dívida de terceiro, ou seja, pode ter sido constituída garantia sobre um determinado bem para garantir uma dívida de terceiro. Essa dívida pode ser exigível ou não. Relativamente ao pagamento da dívida de terceiro não exigível, caso em que apesar do cumprimento estar salvaguardado por garantias constituídas sobre bens da massa, não é o devedor insolvente pessoalmente responsável⁹⁷, o art. 174º, nº 3 do CIRE⁹⁸ distingue três situações: exclui-se o pagamento no caso de o bem detentor da garantia ser vendido com o respetivo ónus (art. 164º, nº 5, primeira parte do CIRE), continuando assegurados os interesses do credor garantido, visto a garantia persistir até à data do vencimento, apesar do titular do bem ser diferente. O mesmo sucede quando o titular da garantia em questão proceder à sua renúncia (al. a)); a al. b) limita o pagamento destas dívidas, não exigíveis à data da declaração da insolvência, ao montante que, “se acrescidos de juros calculados sobre esse mesmo montante, respetivamente, à taxa legal, ou a uma taxa igual à diferença entre a taxa legal e a taxa convencionada, pelo período de antecipação do vencimento, corresponderia ao valor da obrigação em causa” (art. 91º, nº 2 do CIRE). Mais, o pagamento dessa dívida importa a sub-rogação nos direitos do credor, na proporção da quantia paga relativamente ao montante da dívida,

⁹⁶ Neste sentido, MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 332-333.

⁹⁷ FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 650.

⁹⁸ Redação dada pelo DL nº 200/2004, de 18 de agosto.

atualizado nos mesmos termos da norma supra referida (art. 91º, nº 2 do CIRE) (al. c))⁹⁹.

A venda dos bens apreendidos para a massa insolvente, pelo administrador da insolvência, inicia-se, em regra¹⁰⁰, após o trânsito em julgado da sentença que declara a insolvência e realizada a assembleia de apreciação do relatório (art. 158º, nº 1 do CIRE). Qualquer atraso que se venha a verificar a partir desse momento, da realização da venda do bem objeto da garantia, pode causar prejuízo ao credor, titular dessa garantia. Por isso, esses credores, por força do art. 166º, nº 1 do CIRE, devem ser compensados pelo prejuízo causado por esse retardamento, bem como pela desvalorização do bem resultante da sua utilização em proveito da massa insolvente. Importa, ainda, acrescentar que os credores que gozem de garantia real sobre bens a alienar têm, ainda, o direito a serem ouvidos sobre a modalidade de alienação e a serem informados do valor base fixado ou do preço da alienação projetada a entidade determinada, para, se assim o entenderem, no prazo de uma semana ou posteriormente (mas em tempo útil), proporem a aquisição do bem, por si ou por terceiro, por preço superior à alienação projetada ou ao valor base fixado (art. 164º, nºs 2 e 3 do CIRE). No entanto, essa proposta só produzirá efeitos se for acompanhada de um cheque visado à ordem da massa falida, no valor de 20% do montante da proposta, a título de caução (art. 164º, nº 4 do CIRE). Se, porém, o administrador da insolvência não aceitar a referida proposta, fica obrigado a colocar o credor na situação que decorreria da alienação a esse preço, caso ela venha a ocorrer por preço inferior (art. 164º, nº 3 do CIRE).

Iniciando-se o momento previsto para a venda dos bens (art. 158º, nº 1 do CIRE), pode o administrador da insolvência optar por satisfazer integralmente um crédito com garantia real à custa da massa insolvente antes de proceder à venda do bem objeto da garantia (art. 166º, nº 2 do CIRE).

⁹⁹ A este respeito, o art. 592º, nº 1 do CC, “fora dos casos previstos nos arts. anteriores ou noutras disposições da lei, o terceiro que cumpre a obrigação só fica sub-rogado nos direitos do credor quando tiver garantido o cumprimento, ou quando, por outra causa, estiver diretamente interessado na satisfação do crédito.”

¹⁰⁰ “O administrador da insolvência promove, porém, a venda antecipada dos bens da massa insolvente que não possam ou não se devam conservar por estarem sujeitos a deterioração ou depreciação” – art. 158º, nº 2 do CIRE.

7.4. Pagamento dos créditos privilegiados

Respeitando a hierarquia geral dos créditos, os privilegiados são pagos logo a seguir aos garantidos. O pagamento destes créditos, regulado no art. 175º do CIRE, é realizado “à custa dos bens não afetos a garantias reais prevalecentes”. Quer então isto dizer, transcrevendo as palavras de ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS, “se um bem que integra a massa insolvente está onerado com uma garantia real que prevalece sobre o privilégio, o credor privilegiado deve ser pago à custa de outros bens. Se, porém, o bem está onerado com uma garantia real que não prevalece sobre o privilégio, o produto da liquidação do bem já será usado para pagar ao credor privilegiado”¹⁰¹. Mais acrescenta esta norma que o pagamento deve respeitar a prioridade existente entre os créditos e ser feito na proporção dos respetivos montantes, ou seja, quanto a este último aspeto, o pagamento deve ser proporcional (art. 175º, nº 1 do CIRE).

Semelhante ao regime aplicado ao pagamento dos credores garantidos, que concorrem com os comuns no caso de não serem satisfeitos na íntegra, visto o nº 2 do art. 175º do CIRE remeter para o 174º, nºs 1 e 2, segunda parte, com as devidas adaptações, também no caso dos credores privilegiados não serem integralmente pagos pelos seus créditos, e respondendo o devedor com a generalidade do seu património, é o remanescente incluído nos créditos comuns (art. 174º, nº 1, segunda parte). Assim, deverá ser atendido, nos rateios que se efetuarem entre os credores comuns antes da liquidação dos bens abrangidos pelos privilégios, um saldo estimado, reconhecido como crédito comum, respeitante ao valor a que teriam direito os credores privilegiados que possivelmente não serão satisfeitos pelo produto da venda dos respetivos bens. O montante estimado será depositado até à confirmação do montante efetivo. Com a venda dos bens e apurado, efetivamente, o saldo correto, vai este valor substituir a estimativa, se não coincidirem, e dá-se então o pagamento aos restantes credores privilegiados, sendo que o levantamento das quantias depositadas é autorizado na medida do que se vier a apurar (art. 174º, nº 2, segunda parte).

Por fim, sempre que se encontrem depositadas quantias que garantam a distribuição não inferior a 5% do valor de créditos privilegiados, pode o administrador da insolvência, com o parecer da comissão de credores, se existir, apresentar um plano e mapa de rateio que considere ser mais adequado (art. 178º, nº 1 do CIRE), para,

¹⁰¹ MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 334.

posteriormente, o juiz decidir sobre os pagamentos que entenda ser justificados (art. 178, nº 2 do CIRE).

7.5. Pagamento dos créditos comuns

O pagamento aos credores comuns é realizado depois de pagos os credores garantidos e os credores privilegiados. Assim, se a massa não for suficiente para a satisfação integral dos credores comuns, fica o pagamento destes sujeito à regra do princípio *par conditio creditorum*: “...os credores têm o direito de ser pagos proporcionalmente pelo preço dos bens do devedor...” (art. 604º, nº 1 do CC e art. 176º do CIRE).

O art. 178º do CIRE prevê, igualmente para o pagamento dos créditos comuns, a possibilidade de existirem rateios parciais apresentados pelo administrador da insolvência (com o parecer da comissão de credores), assim que se encontrem depositadas “quantias que assegurem uma distribuição não inferior a 5% do valor dos créditos comuns”, decidindo o juiz os pagamentos que considere justificados.

7.6. Pagamento dos créditos subordinados

A categoria dos créditos subordinados é, perante a lei, a mais desfavorável, uma vez que estes créditos são graduados e, portanto, satisfeitos, depois dos restantes créditos sobre a insolvência. O seu pagamento “tem lugar depois de integralmente pagos os créditos comuns” (art. 177º, nº 1 do CIRE)¹⁰². Se houver saldo que permita o pagamento aos credores subordinados, este é feito segundo a ordem pela qual eles aparecem indicados no art. 48º do CIRE, e na proporção dos respetivos montantes, se a massa se revelar insuficiente para o pagamento integral. Note-se que, embora integrando a mesma categoria, os créditos subordinados não têm todos o mesmo valor, “podendo bem suceder que alguns sejam integralmente pagos e por outros nada seja recebido, conforme as disponibilidades da massa e a posição que ocupem na cadeia”¹⁰³. Contudo,

¹⁰² Preceito inspirado no art. 158º da *Ley Concursal* espanhola. A este propósito ver, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas – Anotado*. 8ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 210.

¹⁰³ Cfr. FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, pp. 296-297.

se a subordinação for convencionada pelas partes, podem estas atribuir ao crédito prioridade diversa da que se encontra legalmente prevista (art. 177º, nº 2 do CIRE).

Também no pagamento destes créditos podem ocorrer rateios parciais, nos termos do art. 178º do CIRE já analisado supra.

8. Créditos sob condição

Importa fazer aqui uma breve referência aos créditos sob condição, que também eles podem ser subordinados¹⁰⁴. Encontram-se especificamente regulados na lei e obedecem a um regime próprio na fase de pagamento, consoante sejam créditos sob condição suspensiva ou créditos sob condição resolutiva.

A distinção entre condição suspensiva e condição resolutiva está prevista no art. 270º e ss. do CC. Assim, no Direito Civil, diz-se suspensiva a subordinação pelas partes a um acontecimento futuro e incerto da produção dos efeitos do negócio jurídico, e resolutiva a resolução destes mesmos efeitos¹⁰⁵.

No âmbito da insolvência, citando MENEZES LEITÃO, “este conceito afasta-se bastante da correspondente figura do Direito Civil”¹⁰⁶. Como tal, nos termos do art. 50º, nº 1 do CIRE, são considerados créditos sob condição suspensiva e resolutiva, respetivamente, aqueles cuja constituição ou subsistência se encontrem sujeitas à verificação ou à não verificação de um acontecimento futuro e incerto, por força da lei, de decisão judicial ou de negócio jurídico.

Esta mesma norma, no seu nº 2, estipula, ainda, um elenco de créditos sob condição suspensiva, nomeadamente: os resultantes da recusa de execução ou denúncia antecipada, por parte do administrador da insolvência, de contratos bilaterais em curso à data da declaração da insolvência, ou da resolução de atos em benefício da massa insolvente, enquanto não se verificar essa denúncia, recusa ou resolução (al. a)); os créditos que não possam ser exercidos contra o insolvente sem prévia excussão do património de outrem, enquanto não se verificar tal excussão (al. b)); os créditos sobre a insolvência pelos quais o insolvente não responda pessoalmente, enquanto a dívida não for exigível (al. c)).

Na fase de pagamentos, relativa aos créditos sob condição suspensiva, pese embora sejam atendidos nos rateios parciais pelo seu valor nominal, devem continuar em depósito as quantias que por estes lhes sejam atribuídas, na pendência da condição (art. 181, nº 1 do CIRE).

¹⁰⁴ Como por exemplo os avales e as fianças.

¹⁰⁵ PINTO, Carlos Alberto da Mota; MONTEIRO, António Pinto; PINTO, Paulo Mota - *Teoria Geral do Direito Civil*. 4ª edição (2ª Reimpressão). Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 564 e 565.

¹⁰⁶ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 102.

Contudo, no rateio final, não estando a condição ainda preenchida, o art. 181º, nº 2 estabelece duas situações distintas, a aplicar consoante a verificação da condição seja manifestamente improvável ou não. Na primeira, considerar-se-á o crédito desprovido de qualquer valor, e as quantias depositadas serão rateadas pelos demais credores (al. a)). Já na segunda situação, pelo contrário, o administrador da insolvência depositará em instituição de crédito a quantia correspondente ao valor nominal do crédito para ser entregue ao titular, uma vez preenchida a condição suspensiva, ou rateada pelos credores, depois de adquirida a certeza de que tal verificação é impossível (al. b)).

Outro regime jurídico se aplica aos créditos sob condição resolutiva, previsto no art. 94º do CIRE.

Os créditos sobre a insolvência sujeitos a condição resolutiva seguem os mesmos trâmites dos créditos incondicionados até ao momento em que a condição se verifique. Uma vez verificada a condição, ao credor cabe o dever de restituir os pagamentos recebidos.

9. Os créditos subordinados

9.1. Considerações gerais

A categoria dos créditos subordinados constitui uma categoria completamente inovadora, introduzida pelo CIRE, aprovado pelo DL nº 53/2004, de 18 de março, em cujo preâmbulo, no ponto 25, se mostra explicitamente a novidade desta figura e algumas das suas particularidades¹⁰⁷.

Pese embora esta figura ser uma novidade no ordenamento jurídico português, já existia em outros ordenamentos jurídicos, nomeadamente no *Bankruptcy Code*¹⁰⁸ americano, na *Insolvenzordnung* alemã e na *Ley Concursal* espanhola. É, no entanto, segundo MENEZES LEITÃO, o art. 92º da *Ley Concursal* espanhola¹⁰⁹ o principal inspirador para a introdução deste preceito pelo CIRE¹¹⁰, ainda que com significativas diferenças, comparativamente com o art. 48º do CIRE, quanto à forma como estes créditos se encontram configurados.

Assim, com a introdução desta nova classe de créditos, a lei tem como objetivo, nas palavras de RUI PINTO DUARTE, “distinguir negativamente certos créditos, em razão dos seus titulares ou em razão das suas características objetivas”¹¹¹.

¹⁰⁷ Consta do ponto 25 do preâmbulo do Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março: “É inteiramente nova entre nós a figura dos créditos subordinados. Ela existe em outros ordenamentos jurídicos, nomeadamente no alemão, no espanhol e no norte-americano, ainda que se registem significativas diferenças relativamente à forma como aparece neles configurada. Trata-se de créditos cujo pagamento tem lugar apenas depois de integralmente pagos os créditos comuns. Tal graduação deve-se à consideração, por exemplo, do carácter meramente acessório do crédito (é o caso dos juros), ou de ser assimilável a capital social (é o que sucede com os créditos por suprimentos), ou ainda de se apresentar desprovido de contrapartida por parte do credor. A categoria de créditos subordinados abrange ainda, em particular, aqueles cujos titulares sejam “pessoas especialmente relacionadas com o devedor” (seja ele pessoa singular ou coletiva, ou património autónomo), as quais são criteriosamente indicadas no art. 49º do diploma. Não se afigura desproporcionada, situando-nos na perspetiva de tais pessoas, a sujeição dos seus créditos ao regime de subordinação, face à situação de superioridade informativa sobre a situação do devedor, relativamente aos demais credores”.

¹⁰⁸ “Na *section 510 do Bankruptcy Code*, estão previstas três situações que conduzem à subordinação: o acordo de subordinação, casos de certos direitos relacionados com a compra e venda de *securities* do devedor ou seu *affiliate* e, por fim, a *equitable subordination* decidida pelo tribunal”. MARTINS, Alexandre de Soveral – *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 246.

¹⁰⁹ O art. 92 da *Ley Concursal* espanhola (*Ley 22/2003 de 9 de julio*), usa termos semelhantes aos usados pelo CIRE na classificação de certos créditos como subordinados, como por exemplo: “*Los créditos de que fuera titular alguna de las personas especialmente relacionadas con el deudor*” (art. 92, 5º) que corresponde aos “créditos detidos por pessoas especialmente relacionadas com o devedor (art. 48º, al. a) do CIRE).

¹¹⁰ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas – Anotado*. 8ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 115.

¹¹¹ DUARTE, Rui Pinto – *Classificação dos créditos sobre a massa insolvente no projecto de Código da Insolvência e Recuperação de Empresas*. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em <http://www.dgpj.mj>.

Sujeita a um regime particular, esta categoria restringe a classificação dos créditos como subordinados aos previstos no art. 48º do CIRE. Os créditos elencados nesta norma são classificados como tal por determinadas razões (por serem as partes que como tal os qualificam - art. 48º, al. c) do CIRE - pela sua titularidade, pela sua natureza, ou por circunstâncias ligadas à sua constituição) que justificam um tratamento menos favorável em várias fases do processo, especialmente na fase de pagamento¹¹².

Uma vez que estes créditos se encontram colocados na “cauda da hierarquia”¹¹³, já que o seu pagamento só tem lugar depois de integralmente pagos os créditos comuns (art. 177º, nº 1 do CIRE), ou seja, após serem totalmente satisfeitos todos os credores que integram as demais categorias precedentes, poder-se-á afirmar, paralelamente à opinião da jurisprudência, que os créditos subordinados “ficam numa posição de subalternidade relativamente aos outros créditos”, como defende o acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 23 de fevereiro de 2012¹¹⁴.

Nestes termos, é fácil alcançar que estes créditos “representam uma categoria enfraquecida”, como refere PEDRO PIDWELL, que acrescenta ainda que o Código divide os créditos em dois grupos, os que são subordinados e os que não são subordinados¹¹⁵. Sendo que, os que são subordinados, e como já foi dito anteriormente, se encontram taxativamente enumerados no art. 48º do CIRE (exceto aqueles que beneficiem de privilégios creditórios, gerais ou especiais, ou de hipotecas legais, que não se extingam por efeito da declaração de insolvência) que passam a ser explicados de seguida individualmente.

Esta enumeração é importante, sobretudo na fase de pagamentos, uma vez que o art. 177º, nº 1 do CIRE, como já foi explicado, manda que o pagamento dos respetivos créditos seja efetuado “pela ordem segundo a qual esses créditos são indicados no art. 48º”, com a exceção, claro está, da subordinação convencional, que permite às partes atribuir ao crédito uma prioridade diversa (art. 177º, nº 2 do CIRE).

pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutor-ruipinto/downloadFile/file/RPD.pdf?nocache=1210675423.37. No mesmo sentido, SERRA, Catarina - *O Regime Português da Insolvência*. 5ª edição revista e atualizada. Coimbra: Almedina, 2012, p. 45.

¹¹² Cfr. FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Coleção de Estudos Sobre a Insolvência*. Lisboa: Quid Juris, 2009, p. 90.

¹¹³ Expressão usada por Carvalho Fernandes e João Labareda, que entendem ser esta “a vertente mais significativa”. FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 295.

¹¹⁴ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 817/08.8TYVNG-B.P1, de 23 de fevereiro de 2012. Relator: Carlos Portela.

¹¹⁵ PIDWELL, Pedro - *O Processo de Insolvência e a Recuperação da Sociedade Comercial de Responsabilidade Limitada*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011, pp. 184-185.

9.2. Créditos detidos por pessoas especialmente relacionadas com o devedor e por aqueles a quem eles tenham sido transmitidos

O art. 48º, al. a) do CIRE considera como subordinados, em primeiro lugar, os créditos cujos titulares sejam pessoas especialmente relacionadas com o devedor, exigindo que a relação especial já existisse aquando da aquisição do respetivo crédito, bem assim como aqueles a quem eles tenham sido transmitidos¹¹⁶ nos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência; ou seja, refere-se aqui a transmissão do dito crédito, por estas pessoas, a um terceiro.

Relativamente a estes últimos, RUI PINTO DUARTE, pronuncia-se, criticando o facto de o CIRE não fazer distinção entre os casos em que o crédito é adquirido por alguém que tem a consciência de que está a adquirir um crédito “suspeito” e aqueles em que essa consciência não existe. Assim, exemplifica: “se o alienante for uma sociedade e o momento relevante para a determinação da relação especial não coincidir com o momento da aquisição do crédito, pode até acontecer o efeito perverso de reentrarem na previsão casos em que o terceiro não só não sabia como não podia adivinhar que o crédito viria a ser suspeito”¹¹⁷.

As pessoas especialmente relacionadas com o devedor estão criteriosamente indicadas no art. 49º do CIRE¹¹⁸, que as distingue consoante se trate de pessoas singulares, pessoas coletivas ou patrimónios autónomos. Nestes termos, são havidos como especialmente relacionados com o devedor pessoa singular (art. 49º, nº 1 do CIRE): o seu cônjuge e as pessoas de quem se tenha divorciado nos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência (al. a)); os ascendentes, descendentes ou irmãos do devedor, bem como do seu cônjuge ou das pessoas de quem se tenha divorciado nos últimos dois anos (al. b)); os cônjuges dos ascendentes, descendentes ou irmãos do devedor (al. c)) e as pessoas que tenham vivido habitualmente com o devedor em economia comum em período situado dentro dos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência (al. d)). Tratando-se de devedor pessoa coletiva, são havidos

¹¹⁶ Designadamente por sucessão por morte (arts. 2024º e ss. do CC) ou por cessão de créditos (arts. 577º e ss. do CC), sub-rogação (arts. 589º e ss. do CC) ou cessão da posição contratual (arts. 424º e ss. CC). Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 97.

¹¹⁷ DUARTE, Rui Pinto - *Classificação dos créditos sobre a massa insolvente no projecto de Código da Insolvência e Recuperação de Empresas*. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutor-rui-pinto/downloadFile/file/RPD.pdf?nocache=1210675423.37>.

¹¹⁸ Neste sentido, o ponto 25 do preâmbulo do CIRE.

como especialmente relacionados com ele (art. 49º, nº 2 do CIRE): os sócios, associados ou membros que respondam legalmente pelas suas dívidas, e as pessoas que tenham tido esse estatuto nos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência (al. a)); as pessoas que, se for o caso, tenham estado com a sociedade insolvente em relação de domínio ou de grupo, nos termos do art. 21º do Código dos Valores Mobiliários, em período situado dentro dos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência (al. b)); os administradores, de direito ou de facto, do devedor e aqueles que o tenham sido em algum momento nos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência (al. c)) e as pessoas relacionadas com algumas das mencionadas nas alíneas anteriores por qualquer das formas previstas em relação ao devedor pessoa singular (al. d)). Já nos casos em que a insolvência diga respeito a património autónomo, consideram-se pessoas especialmente relacionadas com o devedor os respetivos titulares e administradores, bem como as que estejam ligadas a estes por quaisquer relações especiais relativas às anteriormente indicadas, e ainda, em herança jacente, aquelas pessoas que estão ligadas ao autor da sucessão por alguma das formas previstas para as pessoas singulares na data da abertura da sucessão ou nos dois anos anteriores (art. 49º, nº 3 do CIRE).

A explicação para a classificação destes créditos como subordinados “consiste na superioridade informativa das pessoas indicadas face à situação do devedor e no conhecimento mais provável que têm quanto à situação de insolvência do devedor; no caso de pessoa coletiva, essas pessoas deveriam, por isso, ter financiado o devedor mais criteriosamente ou, noutras hipóteses, ter exercido sobre ele efetiva influência”¹¹⁹. Tal classificação justifica-se, portanto, face à posição privilegiada em que certas pessoas se encontram, por poderem atuar de forma prejudicial para os restantes credores da insolvência, representando, assim, uma situação de risco na satisfação dos seus créditos¹²⁰. Com este instituto promove-se, como afirma o ponto 25 do preâmbulo do DL que aprovou o CIRE, “o combate a uma fonte frequente de frustração das finalidades do processo de insolvência, qual seja a de aproveitamento, por parte do devedor, de relações orgânicas ou de grupo, de parentesco, especial proximidade, dependência ou outras, para praticar atos prejudiciais aos credores”.

¹¹⁹ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 1445/12.9TBPRF-A.P1, de 19 de novembro de 2013. Relator: Vieira e Cunha.

¹²⁰ Neste sentido, MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 248.

9.3. Juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração da insolvência

Os juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração da insolvência constituem outra categoria de créditos subordinados que se encontra legalmente prevista (art. 48º, al. b) do CIRE), embora se entenda que esta novidade introduzida pelo CIRE não se revela benéfica para a estabilização do passivo; divergindo inteiramente da filosofia defendida pelo CPEREF, que previa, com a declaração de falência o encerramento de todas as contas correntes e a cessação da contagem de juros (art. 151º, nºs 1 e 2 do CPEREF), precisamente como forma de estabilização do passivo. Pelo contrário, o atual regime “prescreve que os juros continuam a contar-se após a declaração de insolvência, por se entender que não existem razões para isentar o insolvente do pagamento de juros quando a massa insolvente tenha meios para tal”¹²¹. São, no entanto, graduados como subordinados em virtude do caráter meramente acessório do crédito, como se depreende do ponto 25 do preâmbulo.

A lei, ao classificar estes juros como créditos subordinados, não inclui, porém, todos eles, excluindo os abrangidos por garantia real e por privilégios creditórios gerais, até ao valor dos bens respetivos (art. 48º, al. b) do CIRE). Nesta circunstância, são os juros havidos como créditos garantidos e créditos privilegiados, respetivamente, obedecendo ao respetivo regime a aplicar a cada uma destas classes. Exclui-se também desta classificação, seguindo a opinião de MENEZES LEITÃO, os juros relativos às dívidas da massa insolvente (art. 51º do CIRE), devendo obedecer ao regime destas, uma vez que o seu pagamento deve ocorrer, obrigatoriamente, na data dos respetivos vencimentos (art. 172º, nº 3 do CIRE)¹²².

9.4. Créditos cuja subordinação tenha sido convencionada pelas partes

A lei estabelece no art. 48º, al. c) do CIRE, que a subordinação de um crédito pode ser convencionada pelas partes, que concordam qualificar o seu crédito como

¹²¹ ALMEIDA & LEITÃO - *O Processo de Insolvência – Da Petição Inicial ao Pagamento aos Credores*. 3ª edição. Porto: Almeida & Leitão, Lda, 2007, p. 93. No mesmo sentido, acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 817/08.8TYVNG-B.P1, de 23 de fevereiro de 2012. Relator: Carlos Portela.

¹²² LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 99.

subordinado e podem atribuir-lhe uma prioridade de pagamento diferente da que resulta do art. 48º do CIRE (art. 177º, nº 2 do CIRE). O que não se encontra estabelecido, para além do previsto no art. 177º, nº 2 do CIRE, é o regime a aplicar a esta convenção, quais os requisitos para que ela se efetue. Segundo o acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 25 de outubro de 2007, é lícito que o credor aceite ser pago depois de outros credores, no entanto, “o facto de ter sido acordada a forma de pagamento dilatada e renovada no tempo, através de letras e cheques, não significa que, em caso de declaração de insolvência do devedor, o credor tenha aceite que o seu crédito seja graduado como crédito subordinado”¹²³.

Esta convenção de subordinação é vista como um desvio à regra geral aplicada ao concurso de credores, do art. 604º, nº 1 do CC (princípio da igualdade dos credores); desvio esse resultante dos princípios da liberdade contratual e da autonomia privada, na medida em que “se as partes podem convencionar a atribuição de preferência a um credor (art. 604º, nº2 do CC), naturalmente que poderão convencionar igualmente o enfraquecimento do seu crédito em relação aos outros credores”¹²⁴. Assim, e sendo esta uma “situação de lesão consentida que não afeta outrem além de quem a aceitou”¹²⁵, parece certo dizer, tal como entende MENEZES LEITÃO, que não se poderá inserir no art. 809º do CC e, por conseguinte, não se lhe aplicará os mesmos efeitos previstos para a renúncia do credor aos seus direitos.

Enquadram-se, neste âmbito, as dívidas convencionalmente subordinadas, de que são exemplo “as chamadas obrigações subordinadas emitidas pelos bancos ou as tranches subordinadas dos empréstimos sindicados ou de emissões obrigacionais, em que é frequente a divisão da dívida em tranches com diferentes prioridades de pagamento e com taxas de juro que variam em função do grau de subordinação da dívida”¹²⁶.

¹²³ Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 1704/07-2, de 25 de outubro de 2007. Relator: Conceção Bucho. Acórdão citado por, EPIFÂNIO, Maria do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 247.

¹²⁴ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 100.

¹²⁵ FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 300.

¹²⁶ FERREIRA, Manuel Requicha - Estado de Insolvência. In PINTO, Rui (Coord. de) - *Direito da Insolvência – Estudos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011, p. 298.

Importante será ter em conta, nesta situação, que este tipo de dívida se encontra em posição desfavorável relativamente à dívida prioritária que tem precedência em caso de falência¹²⁷.

9.5. Créditos que tenham por objeto prestações do devedor a título gratuito

Outra categoria de créditos subordinados corresponde àqueles que tenham por objeto prestações do devedor a título gratuito, como se depreende do art. 48º, al. d) do CIRE. Tal qualificação é facilmente justificada, no entendimento de MENEZES LEITÃO, pelo facto de uma aquisição gratuita constituir uma “*causa minor*” de aquisição, e portanto, compreensível que não possa ocorrer em prejuízo dos credores a título oneroso¹²⁸.

Já para RUI PINTO DUARTE, esta é uma inovação que, embora defensável, não é incontroversa. Alerta para não se confundir prestação a título gratuito e liberalidade, frisando que “nada no sistema jurídico português indicia que as obrigações emergentes de negócios unilaterais, nos casos em que os mesmos são admitidos, devam ser vistas como menos obrigatórias que as emergentes de negócios onerosos”¹²⁹.

A este respeito importa, ainda, notar que os atos celebrados pelo devedor a título gratuito dentro dos dois anos anteriores à data do início do processo de insolvência são resolúveis em benefício da massa insolvente, sem dependência de quaisquer outros requisitos (art. 121º, nº 1, al. b) do CIRE).

¹²⁷ Cfr. CARREGUEIRO, Nuno - BES coloca 750 milhões de euros na primeira emissão de dívida subordinada em quatro anos. *Jornal de Negócios* (21 nov. 2013). [Consult. 28 mai. 2015]. Disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/bes_coloca_750_milhoes_na_primeira_emissao_de_divida_subordinada_em_quatro_anos.html.

¹²⁸ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 100.

¹²⁹ DUARTE, Rui Pinto - *Classificação dos créditos sobre a massa insolvente no projecto de Código da Insolvência e Recuperação de Empresas*. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutor-ruipinto/downloadFile/file/RPD.pdf?nocache=1210675423.37>.

9.6. Créditos sobre a insolvência que, como consequência da resolução em benefício da massa insolvente, resultem para o terceiro de má-fé

Igualmente penalizados, e por isso incluídos na categoria de créditos subordinados, são os créditos sobre a insolvência que, como consequência da resolução em benefício da massa insolvente, resultem para terceiro de má-fé (art. 48º, al. e) do CIRE).

Nestes termos, a lei visa penalizar um terceiro que atue de má-fé e que dos seus atos resulte prejuízo para a massa insolvente; como consequência, tais atos são objeto de resolução em benefício da massa insolvente.

Contudo, a respeito da resolução, esta norma terá de ser interpretada em conjunto com o art. 126º do CIRE, que nos fala sobre os seus efeitos. Desde logo, diz-nos o nº 1 que a resolução tem efeitos retroativos, devendo reconstituir-se a situação que existiria se o ato não tivesse sido praticado ou omitido, consoante o caso¹³⁰. Acrescenta o nº 4, que a restituição do objeto prestado pelo terceiro só tem lugar se o mesmo puder ser identificado e separado dos que pertencem à parte restante da massa; se tal não for possível, a obrigação de restituir o valor correspondente constitui dívida da massa insolvente na medida do respetivo enriquecimento à data da declaração da insolvência, e dívida da insolvência quanto ao eventual remanescente (nº5). Deste modo, “na parte em que constitui dívida da massa insolvente (cfr. art. 51º, nº1, al. i)), o crédito não poderá naturalmente considerar-se subordinado, devendo, por isso, o art. 48º e) ser objeto de uma interpretação restritiva, considerando-se a subordinação restrita à parte em que o crédito resultante da resolução constitui crédito sobre a insolvência”¹³¹.

Esta al. e) do art. 48º do CIRE, para que se verifique a resolução em benefício da massa insolvente, exige que o terceiro esteja de má-fé. Quanto a este pressuposto (a má fé) o acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 25 de janeiro de 2011, mostra que existe a má-fé presumida (art. 120º, nº 4 do CIRE) e a má-fé efetiva (art. 120º, nº5 do CIRE). Na primeira situação, o nº 4 do art. 120º do CIRE presume má-fé relativamente “a atos cuja prática ou omissão tenha ocorrido dentro dos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência e em que tenha participado ou de que tenha aproveitado pessoa especialmente relacionada com o insolvente, ainda que a relação especial não

¹³⁰ Cfr. arts. 433º e 289º do CC.

¹³¹ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 100. Neste sentido, MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 249.

existisse a essa data.”. Relativamente à má-fé efetiva, esclarece o referido acórdão que “é, entre o mais, o conhecimento da situação de insolvência iminente, e também a possibilidade desse conhecimento ou o seu desconhecimento negligente (a cognoscibilidade, por um *bonus paterfamilias* colocado perante as circunstâncias do caso, da existência de uma situação de insolvabilidade iminente ou próxima da contraparte)”¹³².

Regra geral, a resolução pressupõe que se verifica a má-fé do terceiro (art. 120º, nº 4 do CIRE). No entanto, exclui-se esse pressuposto nas situações de resolução incondicional, previstas no art. 121º do CIRE, as quais são resolúveis em benefício da massa insolvente “sem dependência de quaisquer outros requisitos” (art. 121º, nº 1 do CIRE), uma vez que, pela gravidade que estes atos representam, se dispensa a verificação deste ou de qualquer outro requisito. Entende-se, portanto, que os atos sujeitos a resolução incondicional não são objeto de subordinação¹³³.

9.7. Juros de créditos subordinados constituídos após a declaração da insolvência

Créditos subordinados são, também, os juros dos seus próprios créditos constituídos após a declaração de insolvência.

Acerca desta categoria de créditos subordinados não há muito a dizer, apenas, e como já foi dito anteriormente em relação aos juros de créditos não subordinados, que esta classificação se deve à consideração do carácter meramente acessório do crédito, como refere o ponto 25 do preâmbulo do CIRE e que, apesar de não facilitar a estabilização do passivo (como defendia o CPEREF), entende o atual regime que, dispondo a massa insolvente de meios, não se vê razões para isentar o insolvente do pagamento de juros¹³⁴. Para além do que, se os créditos dos quais derivam são subordinados, faz sentido que os juros também o sejam.

¹³² Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 7266/07.3TBLRA-H.C1, de 25 de janeiro de 2011. Relator: Pedro Martins.

¹³³ Neste sentido, FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 299.

¹³⁴ Cfr. ALMEIDA & LEITÃO - *O Processo de Insolvência – Da Petição Inicial ao Pagamento aos Credores*. 3ª edição. Porto: Almeida & Leitão, Lda, 2007, p. 93. No mesmo sentido, o acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 817/08.8TYVNG-B.P1, de 23 de fevereiro de 2012. Relator: Carlos Portela.

9.8. Créditos por suprimentos

Os créditos por suprimentos, previstos nos arts. 243º e ss. do Código das Sociedades Comerciais (CSC), correspondem à última categoria de créditos subordinados (art. 48º, al. g) do CIRE).

Esta categoria não é vista como uma inovação introduzida pelo CIRE, uma vez que estes créditos resultam de um contrato de suprimento, cujo regime já existe no CSC¹³⁵. Nestes termos, o art. 243º, nº 1 do CSC, define contrato de suprimento como aquele “pelo qual o sócio empresta à sociedade dinheiro ou outra coisa fungível, ficando aquela obrigada a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade, ou pelo qual o sócio convence com a sociedade o diferimento do vencimento de créditos seus sobre ela, desde que, em qualquer dos casos, o crédito fique tendo carácter de permanência”, não dependendo de forma especial para produzir efeitos (art. 243º, nº 6, do CSC). Sendo que, constitui índice do carácter de permanência, a estipulação de um prazo de reembolso superior a um ano ou a não utilização da faculdade de exigir o reembolso devido pela sociedade durante um ano (art. 243º, nºs 2 e 3, do CSC). Verificando-se alguma destas circunstâncias, fica igualmente sujeito ao regime de crédito de suprimento o crédito de terceiro contra a sociedade que o sócio adquira por negócio entre vivos (art. 243º, nº 5, do CSC).

Esclarece o acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 29 de abril de 2013, que os sujeitos do contrato de suprimento são, linearmente, o sócio e a sociedade e que o principal pressuposto da realização de suprimentos está “na liberdade dos sócios quanto ao financiamento da sociedade, na medida em que, cumprida a obrigação de formação e conservação do capital social, cada sócio decidirá livremente quando, em que montante e de que modo financia a sociedade”¹³⁶.

Créditos por suprimentos são, então, de uma forma resumida, “as quantias que o sócio empresta à sociedade”¹³⁷, revelando-se o suprimento, tendo em conta a particular relação de ambas as partes, um meio de “cobertura de insuficiências do capital, as quais,

¹³⁵ Neste sentido, DUARTE, Rui Pinto - *Classificação dos créditos sobre a massa insolvente no projecto de Código da Insolvência e Recuperação de Empresas*. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutor-rui-pinto/downloadFile/file/RPD.pdf?nocache=1210675423.37>.

¹³⁶ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 8610/10.1TBMAI-L.P1, de 29 de abril de 2013. Relator: José Eusébio Almeida.

¹³⁷ MARTINS, Luís M. - *Processo de Insolvência anotado e comentado*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2014, p. 205.

se ultrapassadas na forma normal, deixariam o sócio numa posição bem pior do que a decorrente de uma relação de crédito”¹³⁸.

¹³⁸ FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 299.

10. Credores subordinados como credores desprotegidos

A importância em aprofundar a categoria dos créditos subordinados não reside apenas no facto de esta ser uma inovação introduzida pelo CIRE, mas também por ser uma categoria com certas privações e desvantagens em relação às outras.

As consequências da classificação de um crédito como subordinado vão para além da “sua colocação na cauda da hierarquia”¹³⁹ na fase de pagamentos, que implica que o seu pagamento só tenha lugar depois de integralmente satisfeitos os demais credores que integram as restantes categorias que os precedem (art. 177º do CIRE).

Desde logo, a lei contempla limitações no direito de voto¹⁴⁰, dispondo o nº 3 do art. 73º do CIRE, que “os créditos subordinados não conferem direito de voto, exceto quando a deliberação da assembleia de credores incida sobre a aprovação de um plano de insolvência”. Contudo, ainda que aprovado um plano de insolvência, não conferem, igualmente, direito de voto, “os créditos subordinados de determinado grau, se o plano decretar o perdão integral de todos os créditos de graus hierarquicamente inferiores e não atribuir qualquer valor económico ao devedor ou aos respetivos sócios, associados ou membros, consoante o caso” (art. 212º, nº 2, al. b) do CIRE). Além disso, apesar do juiz nomear uma comissão de credores com vista a “assegurar a adequada representação das várias classes”, são excluídos desse regime os credores subordinados, não fazendo parte da dita nomeação (art. 66º, nº 1 do CIRE). Estes créditos não podem, também, ser compensados com dívidas à massa (art. 99º, nº 4 al. d) do CIRE); podem, porém, alguns dos tipos de créditos subordinados elencados no art. 48º do CIRE, ser resolvidos em benefício da massa insolvente, tendo em conta a prática de determinados atos considerados prejudiciais a esta (art. 120º e ss. do CIRE). Mais, se nada em sentido contrário for expressamente consagrado no plano de insolvência, os créditos subordinados consideram-se totalmente perdoados (art. 197º, al. b) do CIRE)¹⁴¹.

Para além de todas estas consequências previstas para os créditos subordinados em geral, a categoria dos créditos por suprimientos enfrenta ainda outras penalizações em particular. Assim, designadamente, não podem os credores por suprimientos requerer a declaração de insolvência da sociedade (art. 245º, nº 2, do CSC) e também não é

¹³⁹ IDEM - *Ibidem*, p. 295.

¹⁴⁰ A este propósito ver, OLIVEIRA, Joana Albuquerque - *Curso de Processo de Insolvência e de Recuperação de Empresas*. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 59-60.

¹⁴¹ Neste sentido, acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 880/12.7TBCL.G1, de 10 de abril de 2014. Relator: Maria da Purificação Carvalho.

admissível compensação de créditos da sociedade com créditos de suprimentos (art. 245º, nº 3, al. b), do CSC e art. 99º, nº 4, al. d) do CIRE). Por sua vez, os suprimentos só podem ser reembolsados aos seus credores depois de inteiramente satisfeitas as dívidas da sociedade para com terceiros (art. 245º, nº 3, al. a) do CSC), já que, o pagamento destes créditos, por força do art. 177º, nº1 do CIRE, é efetuado em último lugar, depois de todos os créditos subordinados, por estarem inseridos na última alínea do art. 48º do CIRE (art. 48º, al. g) do CIRE).

Posto isto, são várias as expressões usadas pela doutrina e pela jurisprudência para classificarem os créditos subordinados, reforçando a ideia de uma classe desprotegida, algumas delas já citadas supra. Qualificam-nos como créditos “enfraquecidos”¹⁴², com um “tratamento menos favorável”¹⁴³, que se encontram “numa posição de subalternidade relativamente aos outros”¹⁴⁴, representando mesmo, esta classe, “a sujeição do credor a um regime de desfavor”¹⁴⁵, os quais a própria lei distingue de forma negativa¹⁴⁶.

¹⁴² Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 94 e PIDWELL, Pedro - *O Processo de Insolvência e a Recuperação da Sociedade Comercial de Responsabilidade Limitada*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011, p. 185.

¹⁴³ Cfr. FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Coleção de Estudos Sobre a Insolvência*. Lisboa: Quid Juris, 2009, p. 90.

¹⁴⁴ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 817/08.8TYVNG-B.P1, de 23 de fevereiro de 2012. Relator: Carlos Portela.

¹⁴⁵ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 8610/10.1TBMAI-L.P1, de 29 de abril de 2013. Relator: José Eusébio Almeida.

¹⁴⁶ Cfr. DUARTE, Rui Pinto - *Classificação dos créditos sobre a massa insolvente no projecto de Código da Insolvência e Recuperação de Empresas*. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutor-rui-pinto/downloadFile/file/RPD.pdf?nocache=1210675423.37>.

11. A controvérsia em redor de certas categorias de créditos subordinados

São essencialmente quatro as categorias de créditos subordinados que “mais tinta têm feito correr” tanto na doutrina como na jurisprudência, uma vez que é em seu redor que surgem as grandes questões.

Relativamente aos créditos do art. 48º, al. a) do CIRE, a enumeração do art. 49º do CIRE, das pessoas especialmente relacionadas com o devedor, divide as opiniões da doutrina. Se para CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA esta enumeração é de carácter taxativo, tendo em conta a imperatividade da norma, que conduz à insusceptibilidade de aplicação analógica¹⁴⁷, para MENEZES LEITÃO o seu conteúdo é meramente exemplificativo, com fundamento na existência, nesta disposição, de uma mera concretização de um conceito vago e indeterminado¹⁴⁸, afirmando que, para além das constantes deste elenco, existem outras situações de relação especial às quais se aplica igualmente o regime de subordinação. Exemplifica com uma situação específica: o facto de “o insolvente, pessoa singular, ter uma relação especial com um sobrinho”, pese embora não conste das alíneas do referido art. 49º, nº 1 do CIRE, aplicar-se-á o art. 48º, al. a) do CIRE¹⁴⁹.

Também o entendimento da jurisprudência acerca deste assunto é divergente. Sustentando o carácter taxativo desta enumeração, e por isso da opinião de CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, temos o acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de novembro de 2013, realçando que as normas aplicadas aos créditos subordinados são de aplicação restritiva, pelo que não poderá ser estendido o âmbito de previsão do art. 49º do CIRE¹⁵⁰. Pelo contrário, defende o acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 25 de janeiro de 2011, seguindo a orientação de MENEZES LEITÃO, que não se encontram razões para interpretar a expressão “relação especial” de modo taxativo, admitindo outras situações para além das previstas no art. 49º do CIRE, desde que justificadas pela proximidade que exercem sobre o devedor, que coloque os respetivos

¹⁴⁷ FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, pp. 301-302.

¹⁴⁸ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas – Anotado*. 8ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 117.

¹⁴⁹ IDEM - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 98.

¹⁵⁰ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 1445/12.9TBPFR-A.P1, de 19 de novembro de 2013. Relator: Vieira e Cunha.

credores numa posição de superioridade informativa relativamente aos demais¹⁵¹. Não tão radical é o sentido do acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 11 de janeiro de 2011, onde se pode ler que embora se entenda que a enumeração prevista no art. 49º do CIRE é de carater taxativo, não deverá esta ser interpretada “de modo excessivamente formal, mas sim à luz do critério de saber se o credor em causa está ou não em situação de ter na sua posse informação sobre o devedor que o coloque em posição de superioridade sobre os demais credores relativamente à definição do seu direito”¹⁵².

Entende-se, portanto, seguindo a opinião da doutrina majoritária¹⁵³, que o elenco de pessoas especialmente relacionadas com o devedor, previsto no art. 49º do CIRE, é taxativo, não admitindo a inclusão de situações análogas às aí previstas pelo legislador. Também na jurisprudência prevalece esta opinião, refletindo-se no acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, uniformizador de jurisprudência, publicado em Diário da República em 22 de dezembro de 2014¹⁵⁴, a partir do qual se pode afirmar que, na realidade, esta norma é de carater taxativo e não meramente exemplificativo; o dito acórdão explica que a principal justificação para a natureza taxativa da norma reside no facto de, ao reconhecer “que uma pessoa é uma daquelas especialmente relacionadas com o devedor, atribui-se-lhe um estatuto jurídico que releva não apenas para a previsão do art. 120.º/4, mas igualmente para a consideração como subordinado do crédito que essa pessoa detenha sobre o insolvente (arts. 47.º e 48.º)”, mais acrescenta que “a taxatividade ou *numerus clausus*, evita a incerteza”, sendo essa a sua vantagem. Para reforçar este entendimento, o acórdão evidencia, ainda, o facto do próprio preâmbulo que aprovou o CIRE, no seu ponto 25, referir que as pessoas especialmente relacionadas com o devedor são “criteriosamente indicadas no art. 49º do diploma”.

Pode, ainda, questionar-se se os factos aqui elencados constituem presunções *iuris tantum* ou presunções *iuris et de iure*, ou seja, se as pessoas inseridas nesta categoria podem afastar a subordinação ou não. A doutrina parece estar de acordo em tratar-se de

¹⁵¹ Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 7266/07.3TBLRA-H.C1, de 25 de janeiro de 2011. Relator: Pedro Martins.

¹⁵² Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 881/07.7TBVCT-M.G1, de 11 de janeiro de 2011. Relator: Teresa Pardal.

¹⁵³ Neste sentido, FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, pp. 301-302; MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 249; MARTINS, Luís M. - *Processo de Insolvência anotado e comentado*. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2014, p. 207.

¹⁵⁴ Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça – Processo n.º N.º 1936/10.6TBVCT -N.G1.S1, publicado em Diário da República, 1.ª série — N.º 246 — 22 de dezembro de 2014.

uma presunção *iuris et de iure*, não sendo possível aos credores posicionados nesta classe afastar esta presunção, tentando demonstrar que não têm qualquer tipo de relacionamento especial com o devedor¹⁵⁵. Este entendimento é corroborado pela jurisprudência no acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de novembro de 2013¹⁵⁶.

As categorias de créditos relativas aos juros de créditos subordinados e juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração da insolvência previstas nas als. b) e f) do art. 48º do CIRE, suscitam igualmente dúvidas, embora não tão debatidas na doutrina e na jurisprudência. Importa, assim, saber, face ao legislado nas referidas alíneas, o que são, efetivamente, considerados juros subordinados. São os juros que respeitam a créditos constituídos após a declaração de insolvência? São antes os juros e acréscimos que, embora relativos a créditos anteriores à sentença de declaração de insolvência, nasceram já após ela? Pois bem, o entendimento da doutrina parece confirmar a segunda hipótese colocada, considerando créditos subordinados, os juros e outros acréscimos que se vençam após a declaração de insolvência, embora relativos a créditos anteriores a ela¹⁵⁷. CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA consideram que os créditos a que se referem as als. b) e f) do art. 48º do CIRE não podem ser os “nascidos após a prolação da sentença”, pois não existe justificação para que “os juros de tais créditos estivessem então sujeitos a um regime diferente do da própria fonte e especialmente penalizador para o credor”¹⁵⁸.

Por fim, a subordinação convencional, categoria de créditos subordinados inserida na al. c) do art. 48º do CIRE, é também uma categoria a analisar para se saber se viola ou não o princípio da igualdade dos credores, consagrado no art. 604º, nº1 do CC e 194º, nº 1 do CIRE, já explicado anteriormente.

¹⁵⁵ EPIFÂNIO, Maria do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 245; LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 98-99; FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 302.

¹⁵⁶ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 1445/12.9TBPFR-A.P1, de 19 de novembro de 2013. Relator: Vieira e Cunha.

¹⁵⁷ Neste sentido, FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 299; MARTINS, Alexandre de Soveral - *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 248-249; EPIFÂNIO, Maria do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 246-247.

¹⁵⁸ FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 299.

A doutrina tem defendido que tal categoria é admissível, como uma exceção à regra estabelecida no art. 604º, nº 1 do CC (princípio da igualdade dos credores)¹⁵⁹, por força dos princípios da liberdade contratual e da autonomia privada, na medida em que “se as partes podem convencionar a atribuição de preferência a um credor (art. 604º, nº 2 do CC), naturalmente que poderão convencionar igualmente o enfraquecimento do seu crédito em relação aos outros credores”¹⁶⁰. Mais se acrescenta que esta é uma “situação de lesão consentida que não afeta outrem além de quem a aceitou”¹⁶¹. Pese embora, para MENEZES LEITÃO, esta cláusula não poder ser considerada uma renúncia aos direitos do credor, para efeitos do art. 809º do CC, parece ser questionável a possibilidade da sua inclusão no âmbito das cláusulas contratuais gerais (arts. 18 al. c) e 21º al. h) da Lei das Clausulas Contratuais Gerais)¹⁶². De opinião diferente são CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, no sentido da sua admissibilidade, desde que a vontade das partes seja unânime.

Face ao exposto, não haverá dúvidas sobre a possibilidade dos credores poderem convencionar uma prioridade diversa a atribuir ao seu crédito. No entanto, CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA colocam uma questão bastante pertinente, visto o art. 177º, nº 2 do CIRE não ser totalmente claro. Será que a atribuição pelas partes de uma prioridade diversa daquela que resulta do art. 48º do CIRE funciona em qualquer dos sentidos, ascendente ou descendente, da hierarquia? Entendem os mesmos autores que a norma, apesar de não fazer qualquer distinção a este respeito, deve ser interpretada “no sentido de a alteração da prioridade de pagamento só poder verificar-se em linha descendente, de modo a que o próprio crédito voluntariamente submetido ao regime de subordinação fique colocado em posição inferior à que resultaria na ausência de convenção”¹⁶³.

¹⁵⁹ Também a jurisprudência admite tal situação, considerando que não viola o princípio da igualdade dos credores uma vez que existe o consentimento do próprio visado. Neste sentido ver os seguintes acórdãos: acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 880/12.7TBCL.G1, de 10 de abril de 2014. Relator: Maria da Purificação Carvalho; acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 3369/10.5TBVIS-L.C1, de 25 de junho de 2013. Relator: Catarina Gonçalves; acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa - Processo n.º 353/09.5TBSXL-B.L2-2, de 27 de outubro de 2011. Relator: Teresa Albuquerque.

¹⁶⁰ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*. 6ª edição. Coimbra: Almedina, 2015, p. 100.

¹⁶¹ FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 300.

¹⁶² Diploma aprovado pelo DL nº 446/85, de 25 de outubro.

¹⁶³ FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2015, p. 656.

Conclusão

Na fase inicial do nosso estudo optámos por contextualizar o tema escolhido, analisando as causas do recurso ao crédito e, consequentemente, do sobre-endividamento, a situação de insolvência no âmbito do CPEREF e no âmbito do CIRE e a classificação dos créditos sobre a insolvência, em especial a classe dos créditos subordinados.

Relativamente ao sobre-endividamento, vimos que este tem origem, muitas vezes, na facilidade em obter crédito de imediato, sendo esta a única forma de suportar certas despesas. Tendo em conta os gráficos apresentados, verificamos que a redução das taxas de juro favoreceu o aumento dos empréstimos. Pese embora o número de créditos por sobre-endividamento ter tendência a diminuir, a situação de créditos em incumprimento, aquando o pedido de intervenção, ultrapassa o crédito regularizado. Verificámos, também, que Portugal é um dos países com rácio de dívida mais elevado do conjunto dos países da zona euro.

A análise da situação de insolvência mostra, desde logo, que com a cessação da vigência do CPEREF e consequente entrada em vigor do CIRE, aprovado pelo DL nº 53/2004, de 18 de março, eliminou-se o primado da recuperação das empresas em prol da satisfação dos direitos dos credores. Neste contexto, surge posteriormente a Lei nº 16/2012, de 20 de abril, que procede à 6ª alteração do CIRE, a qual visa a promoção da empresa, colocando em segundo plano a liquidação do seu património. No entanto, a principal finalidade do processo de insolvência continua a ser, até aos dias de hoje, a satisfação dos direitos dos credores, embora com a preocupação de manter o devedor ativo no âmbito comercial.

Sobre a classificação dos créditos, distinguimos os créditos sobre a insolvência dos créditos sobre a massa insolvente. Esta distinção baseia-se no momento da constituição do crédito: enquanto os créditos sobre a insolvência têm o seu fundamento anterior à data da declaração de insolvência, os créditos sobre a massa insolvente são constituídos no decurso do processo.

Aprofundámos, de seguida, a classificação dos créditos sobre a insolvência, dando especial atenção à classe de créditos subordinados. Concluímos, portanto, que a lei admite uma exceção ao princípio da igualdade dos credores ou *par conditio creditorum*, dividindo os créditos em classes e estabelecendo uma ordem de pagamento. Segundo essa ordem, a classe mais desfavorecida é a dos créditos subordinados, sendo o seu

pagamento efetuado em último lugar. Mais, esta classe subdivide-se em outras, que também se encontram previstas na lei, cujo pagamento, independentemente de pertencerem igualmente à classe de créditos subordinados, tem lugar segundo a ordem pela qual aparecem elencados na respetiva norma, à exceção dos créditos convencionalmente subordinados pelas partes cuja ordem de pagamento pode ter prioridade diversa.

Esta categoria de créditos surge como uma novidade introduzida pelo CIRE e, assim, divide a doutrina e a jurisprudência. Uma vez analisado o que se diz acerca desta matéria, são essencialmente quatro as classes de créditos subordinados que merecem mais destaque: os créditos detidos pelas pessoas especialmente relacionadas com o devedor, os juros de créditos subordinados e não subordinados e a subordinação por convenção das partes, pois é em seu redor que surgem as mais diversas opiniões.

Em suma, socorremo-nos da doutrina e de vários acórdãos para esclarecer as questões em torno destas classes de créditos. Assim, concluímos que as pessoas especialmente relacionadas com o devedor se encontram taxativamente enumeradas no art. 49º do CIRE, e os factos aqui elencados constituem presunção *iuris et de iure*, ou seja, são factos que não podem ser afastados pelas partes. Entendemos que são considerados créditos subordinados, os juros e outros acréscimos que se vençam após a declaração de insolvência, embora relativos a créditos anteriores a ela. E, por fim, relativamente à subordinação por convenção das partes, verificamos que tal categoria não viola o princípio da igualdade dos credores em virtude dos princípios da liberdade contratual e da autonomia privada. E ainda, apesar de a lei não fazer qualquer distinção a este respeito, a atribuição pelas partes de uma prioridade diversa, na fase de pagamento, daquela que resulta do art. 48º do CIRE, deve ser interpretada em sentido descendente da hierarquia.

Desta forma damos por finalizado o presente trabalho com o qual contamos ter contribuído para o conhecimento deste instituto e para o esclarecimento de algumas das questões levantadas pela doutrina e pela jurisprudência sobre o tema dos créditos subordinados, evidenciando a posição de desfavor em que se posiciona esta classe de créditos.

Bibliografia

ALMEIDA & LEITÃO – *O Processo de Insolvência – Da Petição Inicial ao Pagamento aos Credores*. 3ª Edição. Porto: Almeida & Leitão, Lda, 2007. ISBN 978-972-749-177-3.

CORDEIRO, António Menezes – *Perspetivas Evolutivas do Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2013. ISBN 978-972-40-5481-0.

COSTA, Salvador da – *O Concurso de Credores*. 5ª Edição. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-6125-2.

COSTEIRA, Joana – A classificação dos créditos laborais. In SERRA, Catarina (coord. de) – *I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso*. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5824-5.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário – *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª Edição. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5830-6.

FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª Edição. Lisboa: Quid Juris, 2015. ISBN 978-972-724-713-4.

FERNANDES, Luís A. Carvalho; LABAREDA, João – *Colectânea de Estudos Sobre a Insolvência*. Lisboa: Quid Juris, 2009. ISBN 978-972-724-447-8.

FERREIRA, Hugo Rosa – Compensação e Insolvência (Em Particular, na Cessão de Créditos para Titularização). In PINTO, Rui (Coord. de) - *Direito da Insolvência – Estudos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. ISBN 978-972-32-1872-5.

FERREIRA, Manuel Requicha – Estado de Insolvência. In PINTO, Rui (Coord. de) - *Direito da Insolvência – Estudos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. ISBN 978-972-32-1872-5.

FONSECA, Gisela Teixeira Jorge – A Natureza Jurídica do Plano de insolvência. In PINTO, Rui (Coord. de) - *Direito da Insolvência – Estudos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. ISBN 978-972-32-1872-5.

GOUVEIA, Mariana França – Verificação do Passivo. In AMARAL, Maria Lúcia (Dir. de) – *Revista Themis* – Edição Especial “Novo Direito da Insolvência”, Faculdade de Direito da UNL. Coimbra: Almedina, 2005.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas – Anotado*. 8ª Edição. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-6108-5.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes – *Direito da Insolvência*. 6ª Edição. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-6090-3.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes – *Direito das Obrigações*. Volume III. 10ª Edição. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-6070-5.

MARTINS, Alexandre de Soveral – *Um Curso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5931-0.

MARTINS, Luís M. – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*. 4ª Edição. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-6084-2.

MARTINS, Luís M. – *Processo de Insolvência*. 3ª Edição. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-4960-1.

OLIVEIRA, Joana Albuquerque – *Curso de Processo de Insolvência e de Recuperação de Empresas*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina, 2012. ISBN 978-972-40-4927-4.

PIDWELL, Pedro – *O Processo de Insolvência e a Recuperação da Sociedade Comercial de Responsabilidade Limitada*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. ISBN 978-972-32-1908-1.

PINTO, Carlos Alberto da Mota; MONTEIRO, António Pinto; PINTO, Paulo Mota - *Teoria Geral do Direito Civil*. 4ª Edição (2ª Reimpressão). Coimbra: Coimbra Editora, 2012. ISBN 978-972-32-2102-2.

SERRA, Catarina – *O Regime Português da Insolvência*. 5ª Edição revista e atualizada. Coimbra: Almedina, 2012. ISBN 978-972-40-4985-4.

SERRA, Catarina – *A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. ISBN 978-972-32-1703-2.

SERRA, Catarina – *O Novo Regime Português da Insolvência: uma Introdução*. 3ª Edição. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 978-972-40-3600-7.

Webgrafia

A Insolvência na Jurisprudência das Secções Cíveis do Supremo Tribunal de Justiça (sumários de acórdãos de 2005 a Julho de 2012). [Consult. 28 mai. 2015]. Disponível em: <http://www.stj.pt/ficheiros/jurisp-tematica/insolvencia.pdf>.

Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários – Nº 39, agosto 2011. [Consult. 25 julh. 2015]. Disponível em <http://www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/CadernosDoMercadoDeValoresMobiliarios/Documents/CadernosMVM%2039Final.pdf>

CARREGUEIRO, Nuno - BES coloca 750 milhões de euros na primeira emissão de dívida subordinada em quatro anos. *Jornal de Negócios* (21 nov. 2013). [Consult. 28 mai. 2015]. Disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/bes_coloca_750_milhoes_na_primeira_emissao_de_divida_subordinada_em_quatro_anos.html.

CORREIA, Inês (04 de novembro de 2014) – *Seis mitos que podem conduzi-lo ao sobre-endividamento*. [Consult. 28 mai. 2015]. Disponível em <http://saldopositivo.cgd.pt/seis-mitos-que-podem-conduzi-lo-ao-sobre-endividamento/>.

CRUZ, Nuno Gundar da – *As Classes de Créditos no Processo de Insolvência*. Por Revista Invest, em 26 de março de 2015. [Consult. 17 mai. 2015]. Disponível em <http://www.revistainvest.pt/pt/As-classes-de-creditos-no-processo-de-insolvencia---por-Nuno-Gundar-da-Cruz/A1107>.

Direção Geral da Política e da Justiça – *Destaque estatístico trimestral*. Boletim nº 19, 2º trimestre de 2014. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/estatisticas-trimestrais8246/downloadFile/file/Insolvencia trimestral_20141030.pdf?nocache=1414772236.64.

DUARTE, Rui Pinto - *Classificação dos créditos sobre a massa insolvente no projecto de Código da Insolvência e Recuperação de Empresas*. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/>

informacao-e-eventos/anexos/prof-doutor-rui pinto/downloadFile/file/RPD.pdf?nocache=1210675423.37.

Gabinete de Apoio ao Sobreendividado DECO. *Boletim Estatístico*, 1º Semestre 2015. [Consult. 19 out. 2015]. Disponível em <http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2015/07/GAS-stats-1-semester-2015.pdf>

Instituto Nacional de Estatística. Banco de Portugal. LIMA, Filipa, Estatística sobre o endividamento das famílias, Conselho Superior de Estatística, Reunião conjunta SPES e SPEE - 26 de março de 2015. TELES, Luís, Estatísticas de Empréstimos concedidos pelo setor financeiro, 17ª Reunião da Secção Permanente de Estatísticas Económicas – 20 de março de 2015. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em http://cse.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CSE&xpgid=cse_ult_tri&cse_smenu.boui=271469

LAMEIRAS, Luís - *Verificação e graduação de créditos*, Processo de Insolvência e Ações Conexas, (Planos de formação continua), Dezembro de 2014. [Consult. 15 mai. 2015]. Disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo_insolvencia_acoes_conexas.pdf.

MARQUES, Luís Manuel Dionísio – *Uma análise comparativa do CPEREF com o CIRE*. Gestão – O Processo de Recuperação de Empresas. Revista nº 31, outubro e dezembro 2005. [Consult. 17 mai. 2015]. Disponível em http://www.oroc.pt/revista/detalhe_art..php?id=56.

Millennium BCP – *Pagamento aos credores*. [Consult. 28 mai. 2015]. Disponível em http://corp.millenniumbcp.pt/pt/public/InformacaoeGestao/Documents/16.06_Pagamento%20aos%20credores.pdf.

PINTO, Ilídia (05 de julho de 2013) – *Empresas trocam poupança por crédito “fácil” na banca*. [Consult. 25 junh. 2015]. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=3307682.

SERRA, Catarina - *As novas tendências do direito português da insolvência Comentário ao regime dos efeitos da insolvência sobre o devedor no Projecto de Código da Insolvência*. [Consult. 28 mai. 2015]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/mestre-catarina-serra/downloadFile/file/CS.pdf?nocache=1210675423.37>.

Legislação

Código Civil. 6ª Edição. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5947-1.

Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. 4ª Edição. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-6056-9.

DECRETO-LEI n.º 26/2015. *D.R. I Série*. (2015-02-06) 725 – 740. Altera o Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Código das Sociedades Comerciais. (Procede à 8ª alteração ao Código da insolvência e da Recuperação de Empresas).

DECRETO-LEI n.º 185/2009. *D.R. I Série*. (2009-08-12) 5226 – 5235. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, que altera a Diretiva n.º 78/660/CEE, do Conselho, relativa às contas anuais de certas formas de sociedades, a Diretiva n.º 83/349/CEE, do Conselho, relativa às contas consolidadas, a Diretiva n.º 86/635/CEE, do Conselho, relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras, e a Diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, relativa às contas anuais e às contas consolidadas das empresas de seguros, e adota medidas de simplificação e eliminação de atos no âmbito de operações de fusão e cisão, alterando o Código de Registo Predial, o Código das Sociedades Comerciais, o Código de Registo Comercial, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, o Código dos Valores Mobiliários, o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Regulamento do Registo Automóvel. (Procede à 5ª alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas).

DECRETO-LEI n.º 116/2008. *D.R. I Série*. (2008-07-04) 4134 – 4196. Adota medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de atos e procedimentos no âmbito do registo predial e atos conexos. (Procede à 4ª alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas).

DECRETO-LEI n.º 282/2007. *D.R. I Série*. (2007-08-07) 5078 – 5082. Procede à 3ª alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e altera o Estatuto do Administrador da Insolvência, aprovado pela Lei n.º 32/2004, de 22 de Julho.

DECRETO-LEI n.º 76º-A/2006. *D.R. I Série*. (2006-03-29) 2328 – 2401. Atualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adota medidas de simplificação e eliminação de atos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais. (Procede à 2ª alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas).

DECRETO-LEI n.º 59/2006. *D.R. I Série – A*. (2006-03-20) 2031 – 2037. Estabelece o novo regime aplicável às obrigações hipotecárias e às instituições de crédito hipotecário, bem como às obrigações sobre o sector público.

DECRETO-LEI n.º 200/2004. *D.R. I Série – A*. (2004-08-18) 5260 – 5316. Procede à 1ª alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

DECRETO-LEI n.º 53/2004. *D.R. I Série*. (2004-03-18) 1402 – 1465. Aprova o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e revogou o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência.

DECRETO-LEI n.º 38/2003. *D. R. I Série*. (2003-03-08). 1588 – 1649. Altera o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência.

DECRETO-LEI n.º 323/2001. *D. R. I Série*. (2001-12-17) 8288 – 8297. Procede à conversão de valores expressos em escudos para euros em legislação da área da justiça. (Altera o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência).

DECRETO-LEI n.º 315/98. *D.R. I Série*. (1998-10-20). Altera o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência.

DECRETO-LEI n.º 157/97. *D. R. I Série – A*. (1997-06-24) 3069 – 3070. Altera o art. 8º do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência.

DECRETO-LEI n.º 132/93. *D.R. I Série*. (1993-04-23) 1976 – 2035. Aprova o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência.

DECRETO-LEI n.º 446/85. *D.R. I Série*. (1985-10-25) 3533. Aprova o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais.

DECRETO-LEI n.º 225/84. *D.R. I Série*. (1984-07-06) 2052 - (41). Altera o art. 691.º do Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966.

DECRETO-LEI n.º 103/80. *D.R. I Série*. (1980-05-09) 932 (2) – 932 (8). Aprova o Regime Jurídico das Contribuições para a Previdência.

DECRETO-LEI n.º 437/78. *D.R. I Série*. (1978-12-28) 2777 – 2778. Estabelece normas relativas à atribuição de financiamento pelo Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego e do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

DECRETO-LEI n.º 512/76. *D.R. I Série*. (1976-07-03) 1466 – 1467. Reforça as garantias que assistem aos créditos das caixas sindicais de previdência.

LEI n.º 66-B/2012. *D.R. I Série*. (2012-12-31) 7424 – 7625. Aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2013. (Procede à 7ª alteração ao Código da Insolvência e Recuperação de Empresas).

LEI n.º 16/2012. *D.R. I Série*. (2012-04-20) 2223 – 2231. Procede à 6ª alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização.

LEI n.º 96/2001. *D.R. I Série – A*. (2001-08-20) 5375 – 5376. - Reforça os privilégios dos créditos laborais em processo de falência e alarga o período de cobertura do Fundo de Garantia Salarial.

LEI n.º 112/97. *D.R. I Série*. (1997-09-16) 4962 – 4965. Estabelece o regime jurídico da concessão de garantias pessoais pelo Estado ou por outras pessoas coletivas de direito público.

Jurisprudência

Supremo Tribunal de Justiça

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça – Processo n.º 1145/12.0TBBCL-C.G1.S1, de 13 de janeiro de 2015. Relator: Fernandes do Vale.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça – Processo n.º N.º 1936/10.6TBVCT - N.G1.S1, publicado em Diário da República, 1.ª série — N.º 246 — 22 de dezembro de 2014.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 278/10.1TBFND-C.C1.1, de 10 de novembro de 2011. Relator: Garcia Calejo. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 897/06.0TBOBR-B.C1.S1, de 06 de julho de 2011. Relator: Fonseca Ramos. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 1799/06.6TBAGD-B.C1.S1, de 20 de outubro de 2009. Relator: Alves Velho. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 08A3763, de 13 de janeiro de 2009. Relator: Fonseca Ramos. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 4053/07, de 13 de dezembro de 2007. Relator: Oliveira Rocha. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - Processo n.º 07A1862, de 11 de setembro de 2007. Relator: João Camilo. Disponível em www.dgsi.pt.

Tribunal da Relação de Coimbra

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 3369/10.5TBVIS-L.C1, de 25 de junho de 2013. Relator: Catarina Gonçalves. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 249/12.3TBGRD.C1, de 21 de março de 2013. Relator: Jacinto Meca. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 698/10.1T2AVR-F.C1, de 29 de janeiro de 2013. Relator: Falcão de Magalhães. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1, de 14 de fevereiro de 2012. Relator: Henrique Antunes. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 876/09.6TBCNT-C.C1, de 13 de setembro de 2011. Relator: Carlos Querido. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 825/08.9TBMGR-K.C1, de 25 de janeiro de 2011. Relator: Falcão de Magalhães. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra - Processo n.º 7266/07.3TBLRA-H.C1, de 25 de janeiro de 2011. Relator: Pedro Martins. Disponível em www.dgsi.pt.

Tribunal da Relação de Évora

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora - Processo n.º 3236/10.2TBPTM.E1, de 27 de março de 2014. Relator: Mata Ribeiro. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora - Processo n.º 1479/12.3TBABT-A.E1, de 14 de novembro de 2013. Relator: Mata Ribeiro. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora - Processo n.º 1672/07.0TBLLE-A.E1, de 28 de abril de 2010. Relator: Mata Ribeiro. Disponível em www.dgsi.pt.

Tribunal da Relação de Guimarães

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 880/12.7TBBCL.G1, de 10 de abril de 2014. Relator: Maria da Purificação Carvalho. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 1216/13.5TBBCL-A.G1, de 13 de fevereiro de 2014. Relator: Ana Cristina Duarte. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 1609/13.8TBBRG.G1, de 16 de janeiro de 2014. Relator: Edgar Gouveia Valente. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 1193/07.1TBGMR-E.G1, de 30 de maio de 2013. Relator: Raquel Rego. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 2591/12.4TBGMR-B.G1, de 30 de maio de 2013. Relator: Rita Romeira. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 8311/11.3TBBRG-D.G1, de 17 de janeiro de 2013. Relator: Manuel Bargado. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 3652/11.2TBGMR-E.G1, de 29 de novembro de 2012. Relator: Isabel Rocha. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 881/07.7TBVCT-M.G1, de 11 de janeiro de 2011. Relator: Teresa Pardal. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 4393/06.8TBBCL-E.G1, de 03 de dezembro de 2009. Relator: António Sobrinho. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães - Processo n.º 1704/07-2, de 25 de outubro de 2007. Relator: Conceção Bucho. Disponível em www.dgsi.pt.

Tribunal da Relação de Lisboa

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa - Processo n.º 961/08.1TYLSB.K.L1-2, de 06 de março de 2014. Relator: Teresa Albuquerque. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa - Processo n.º 1390/13.0TBTVD-A.L1-6, de 20 de fevereiro de 2014. Relator: Fátima Galante. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa - Processo n.º 486/12.0TBCLD-B.L1-7 E 486/12.0TBCLD-D.L1-7, de 21 de janeiro de 2014. Relator: Graça Amaral. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa - Processo n.º 1247/05.9TYLSB-D.L1-7, de 05 de junho de 2012. Relator: Cristina Coelho. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa - Processo n.º 1239/10.6TBSCR-A.L1-7, de 10 de janeiro de 2012. Relator: Maria João Areias. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa - Processo n.º 353/09.5TBSXL-B.L2-2, de 27 de outubro de 2011. Relator: Teresa Albuquerque. Disponível em www.dgsi.pt.

Tribunal da Relação do Porto

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 9746/11.7TBVNG-C.P1, de 16 de setembro de 2014. Relator: Maria Graça Mira. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 3508/09.9TBVNG-A.P1, de 02 de junho de 2014. Relator: Ana Paula Amorim. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 191/12.8TTSTS.P1, de 19 de maio de 2014. Relator: Maria José Costa Pinto. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 5282/12.2TBMAI-C.P1, de 13 de maio de 2014. Relator: Francisco Matos. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 1445/12.9TBPFR-A.P1, de 19 de novembro de 2013. Relator: Vieira e Cunha. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 1077/12.1TYVNG.P1, de 18 de novembro de 2013. Relator: Carlos Gil. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 8610/10.1TBMAI-L.P1, de 29 de abril de 2013. Relator: José Eusébio Almeida. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 817/08.8TYVNG-B.P1, de 23 de fevereiro de 2012. Relator: Carlos Portela. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 1272/09.0TBPRD-D.P1, de 08 de fevereiro de 2011. Relator: Maria de Jesus Pereira. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 304/07.1TYVNG-A.P1, de 10 de novembro de 2009. Relator: Ana Lucinda Cabral. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 850/07.7TJVNF-H.P1, de 23 de março de 2009. Relator: Maria Adelaide Domingos. Disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto - Processo n.º 0822486, de 08 de julho de 2008. Relator: Cristina Coelho. Disponível em www.dgsi.pt.

Sites

<http://repositorio.ucp.pt/>

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>

www.apaj.pt

www.dgsi.pt

www.insolvencia.pt

www.oa.pt